

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e dezoito.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Bem-vindos a mais esta Sessão da Assembleia Municipal.

Vamos dar início aos trabalhos e começamos por proceder à substituição do Segundo Secretário da Mesa porque a Dra. Aldina não pode estar presente. Chamava a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa para se juntar à Mesa.

De seguida vamos dar posse à Sra. Maria Alice Antunes Mendes Gouveia em resultado do pedido de renúncia do Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes. Para proceder à leitura da ata de tomada de posse.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, informou que, nos termos do nº 4 do artigo 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi verificada pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, a identidade e legitimidade da eleita, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia.

Verificada a identidade e legitimidade da eleita, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, considerou-a investida nas suas funções, podendo conseqüentemente entrar em atividade.

Seguidamente foi assinada a ata avulsa da tomada de posse do Membro da Assembleia Municipal que ficará apensa à ata da Sessão da Assembleia Municipal.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia seja bem-vinda. Desejamos-lhe uma participação muito frutuosa nesta Assembleia Municipal.

Vamos proceder à chamada dos Membros da Assembleia Municipal e para isso dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão e informou que a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves não estava presente tendo sido substituída pelo Dr. André Duarte Pereira.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa.

Também o Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista estava ausente e foi substituído pelo Secretário da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida e Eng.^a Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passamos de seguida à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito.

Há alguma alteração ao teor da ata da Sessão Ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito?

Não havendo alterações passávamos à votação da ata.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Informo os Srs. Deputados que temos um pedido de intervenção do público e essa intervenção ocorrerá depois do Período de Antes da Ordem do Dia.

Informo também e coloco à vossa consideração o seguinte: Temos aqui um Ponto VII para inclusão na Ordem do Dia e por isso peço ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal para apresentar o Ponto.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para apresentar o Ponto VII:

“Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021 e 1ª Revisão ao Orçamento para o ano 2018.

Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, após análise, e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de primeira revisão

das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, e primeira revisão ao Orçamento Municipal do ano 2018, cujo valor ascende a 1.719.823,74 € (um milhão, setecentos e dezanove mil, oitocentos e vinte e três euros e setenta e quatro cêntimos), conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata.”

Efetuada a votação, a inclusão na Ordem do Dia do Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021 e 1.ª Revisão ao Orçamento para o ano 2018, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, como apoio à aquisição do terreno destinado às obras de ampliação do cemitério da localidade de Lagos da Beira, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros).

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio às obras de construção da Casa Mortuária das Seixas e respetivo acompanhamento técnico, no montante de 26.473,50 € (vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos), valor correspondente a 50% do valor total da adjudicação (52.947,00 €), a libertar de acordo com a evolução dos trabalhos e respetivos autos de medição elaborados pelos serviços técnicos do Município.

IV - Apreciação e votação, nos termos alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o Ano 2018 - Aplicação do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2017.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2017.

VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021 e 1.ª Revisão ao Orçamento para o ano 2018.

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao expediente já foi enviado para todos o mapa com a informação da correspondência recebida e expedida.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feito este período de informação passaríamos de seguida às inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por dar os parabéns pelas comemorações dos quarenta e quatro anos da Revolução dos Cravos o nosso 25 de Abril.

Abril trouxe a todos nós as liberdades de poder pensar, agir, construir, sonhar.

Trouxe-nos a possibilidade de, desde essa madrugada, integrar o grupo dos países mais desenvolvidos da Europa e crescer como eles.

Representou também uma revolução nas mentalidades. Passámos a vivenciar a inclusão de todos, passando a tratar por igual o que até aí era tratado de diferente forma, negros, brancos, cristãos, budistas, heterossexuais,

homossexuais, jovens, idosos, etc., etc. Passou a haver dignificação do ser humano.

Trouxe nos também a mais importante conquista, o poder local, poder esse do qual todos que aqui estando somos parte ativa enquanto agentes políticos.

E, por assim o sermos, temos a obrigação de ficar preocupados com algumas barbaridades que por aí vão sendo proferidas.

Claros pensamentos retrógrados próprios do tempo da outra Senhora. Discursos do orgulhosamente sós e anti-europeístas.

Vontades de cortar com muitos dos avanços conseguidos em termos sociais como sejam apoios para a cultura, associações, apoios para os mais necessitados, numa clara postura contra a solidariedade, preconizando a caridade, desrespeitando a dignidade do seu semelhante que mais precisa, fruto das circunstâncias da vida.

Discursos contra a despenalização da UFG e dos consumos das drogas leves, penalizando e querendo criminalizar a eutanásia.

Meus caros, o que mais me preocupa, como alguém aqui presente disse, e que essas fileiras são preenchidas por três tipos de jovens, aqueles que são arrebanhados, aqueles que ali estão porque fica bem estar, e os que nos devem preocupar mais e levar a uma maior reflexão, os que ali estão por convicção e acreditarem no que defendem.

São jovens que roçam muito perto as forças políticas ultranacionalistas e radicais, com discursos de fácil demagogia, a que nos fomos habituando com aproveitamento da desgraça alheia sofrida nos incêndios do ano passado, qual carpideira demagógica.

Pelo que vos acabei de dizer e, antes das questões que quero deixar ao Executivo Camarário, permitam-me que vos leia dois poemas acerca do 25 de Abril, ambos de Carlos Pinhão:

Primeiro poema: *“Oportunismo - O camaleão tem a cor da ocasião.*

Usa-se muito em política, é prática muito vista - a situação pode mudar, ele não, é sempre situacionista.”

Segundo poema: *“Ser ou não ser carneiro - Votava de cruz, à ordem do pastor, mas veio Abril e já começa a ter cor, e já começa a saber o que quer e já começa a votar, a pensar pela própria cabeça e não pela cabeça do parceiro. Em resumo já não é carneiro.”*

As quatro questões que trago prendem-se com as duas vias rodoviárias, a EN17 e a EN 230:

Qual o prazo previsto para que a requalificação da EN17 esteja concluída, ainda que seja visível que os trabalhos foram retomados depois do período prolongado de chuva?

Há previsões para a requalificação da EN230 - Vendas de Galizes - Ponte das Três Entradas - Alvôco das Várzeas - Covilhã. Eu já pude verificar estar em condições de circulação muito más e perigosas, e quem vive naquela zona não tem alternativas à mesma, pelo que é urgente uma intervenção.

As outras duas questões dizem respeito a dois alertas que já aqui fiz, nomeadamente a estrada Travanca - Lagares e também a rua 21 de junho em Lagares, que estão ambas com o piso em péssimo estado.

Por fim, fruto da política de promoção e valorização do turismo lavada a cabo por este Executivo Socialista, liderado pelo Prof. José Carlos Alexandrino, congratular-me pela eleição do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Rolo, em representação das Aldeias de Montanha, da qual é Presidente, para a recente eleição como Vice-Presidente da DESTINATURE - Agência para a Promoção do Turismo de Natureza, que irá gerir o programa PROVERE, destinado a promover doze áreas naturais classificadas, da região Centro.

Sem dúvida, Oliveira do Hospital está no mapa e é um Concelho que voltou a contar e a ter peso, desde 2009.

Só um pedido de resposta a uma questão que eu deixei na última Sessão da Assembleia Municipal relativo à construção do Canil Municipal: Ouvi dizer que esse projeto está a ser levado a cabo pela CIM. Gostaria de saber como é que está o processo?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, em breves palavras, dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo pela realização de mais um evento da Feira do Queijo e pelo Almoço Solidário. Acho que foi um evento de grande dimensão embora o tempo não tenha ajudado muito.

Também agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo por ter concluído a obra de saneamento no Bairro dos Machorros em São Gião. Foi uma obra, não sendo de grande dimensão, que levou o seu tempo e finalmente está concluída. O nosso muito obrigado! Já diz o ditado popular que *“o saber esperar é uma grande virtude”* e aqui também aconteceu o mesmo.

Relativamente ao abastecimento de água aos povos do Parceiro, Covão, Barroca e Alentejo, dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o seguinte: A conduta está a descoberto, e continua a descoberto. Não sei se a obra já foi entregue mas seria importante avançar com aquela obra para que os povos do Parceiro, Covão, Barroca e Alentejo começassem a ter água no domicílio com qualidade. É certo que alguns já pagaram os seus ramais e têm o direito de começar a usufruir de água no domicílio com qualidade.

Relativamente às casas que arderam no incêndio de outubro gostaria de saber se haverá algum apoio para elas porque se não houver com certeza que muitas não serão restauradas e ficará a aldeia deserta.

Perguntar também ao Sr. Presidente da Câmara se está previsto para breve a marcação e sinalização das estradas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que me traz aqui hoje é um assunto que nos preocupa a todos, mas, antes disso, gostaria de dizer o seguinte, e peço à Sra. Presidente da Mesa que não conte este tempo. Nós, os representantes desta Assembleia Municipal, estivemos recentemente na Assembleia Geral da CIM em Coimbra e quero transmitir-vos os assuntos que foram discutidos: Foram aprovadas as contas. Dizer-vos que o património da antiga Assembleia Distrital passou para a CIM e, por isso, estão a ser feitos os registos desse património e estão a solucionar-se algumas situações que não estavam bem claras. A CIM está a fazer todos os esforços e a conduzir os processos para que sejam convenientemente tardados.

Relativamente ao assunto que nos preocupa a todos e estou a referir-me aos incêndios de outubro passado: Já decorreu algum tempo. Todos sabemos o que tem sido o esforço deste Executivo, liderado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no apoio às vítimas e no apoio a todos aqueles que foram prejudicados e que foram vítimas desses incêndios e eu tinha aqui uma questão que é muito particular.

Ouve-se muita coisa e no princípio, logo após os incêndios, tivemos a sensação, até devido ao que nos foi transmitido, que a resolução dos problemas seria mais fácil: Se ardeu a casa, nós teríamos que apoiar as pessoas. Mas as coisas não são assim!

Vou contar-lhes, muito rapidamente, uma situação que aconteceu na Freguesia de Lagares da Beira onde resido: Ardeu o telhado da casa de uma Senhora que já tinha problemas de saúde. Foi-nos pedido, na altura, e com toda

a razão de o ser, para que o telhado dessa habitação fosse recuperado rapidamente, e isso foi feito. Contactámos o empreiteiro, ele fez o orçamento e recuperou a casa, essa casa até foi visitada pelo Sr. Ministro, mas o empreiteiro ainda hoje está sem esse dinheiro. Depois aparecem regras a cumprir, aparecem regulamentos, há procedimentos que são morosos e ainda hoje andamos às voltas com o processo.

Sr. Presidente da Câmara Municipal quero pedir-lhe, independentemente de saber que tem sido um esforço, seu e deste Executivo, e que tem feito tudo para que este processo seja o mais célere possível, mas a verdade é que as coisas não evoluem e a burocracia é muita e não é fácil de transpor. Todos sabemos que tem de haver legalidade na resolução destes problemas, até porque há casas que nem sequer estavam registadas, mas a verdade é que as casas arderam e as pessoas viviam lá.

O que custa, muitas das vezes, é ver que há muita demagogia nisto tudo! Depois ainda dizem que a Câmara Municipal é que tem a culpa mas a Câmara é apenas um intermediário e tem cumprido o seu papel no apoio direto às populações, tem cumprido o seu papel na reivindicação dos apoios, até de forma diferente dos outros Concelhos também afetados pelos incêndios. Portanto, a Câmara Municipal tem feito tudo para recuperar todos os prejuízos e para fazer renascer o Concelho. Na verdade, custa ouvir determinadas coisas que, para mim, são pura demagogia e aproveitamento das pessoas que são vítimas dos incêndios e isso é muito mau!

Sr. Presidente gostaria que dissesse como é que está a situação da recuperação das primeiras habitações e também das segundas habitações.

Sabemos também que tem feito tudo para arranjar apoios para as empresas que tiveram prejuízos e, por isso, solicito que nos informe como é que está essa situação.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais queria agradecer ao Sr. Deputado Raúl Dinis o facto de ter vindo aqui prestar esclarecimentos sobre a reunião da CIM mas depois na restante intervenção não percebi se estava a responder pelo Sr. Presidente ou se estava a questioná-lo. Fiquei sem perceber!

Os Oliveirenses vivem em constante angústia com o setor da saúde em Oliveira do Hospital. A capacidade de resolução de problemas por parte deste

Governo, aliada à solução milagrosa deste Executivo, resultou no encerramento do SAP no período compreendido entre as 20 horas e as 8 horas.

O Centro de Saúde de Oliveira do Hospital foi construído no período em que o Executivo PS, liderado por César de Oliveira, conduzia os destinos do Concelho. Salientar que inicialmente a sua construção estava prevista nos terrenos da Fundação Aurélio Amaro Dinis mas que devido a um desentendimento entre o Prof. César de Oliveira e o Sr. António Mendes Monteiro, à data Presidente da Fundação, resultou a construção dessa estrutura no local onde agora se encontra.

Em rigor, salienta-se que a instalação das urgências no Centro de Saúde advém da pressão feita pelos profissionais de saúde de Oliveira do Hospital junto da ARS do Centro que culmina com a transferência daquele serviço para o Centro de Saúde.

A ampliação do referido Centro de Saúde para o Serviço de Apoio Permanente e para que funcionasse condignamente foi realizado pelo Executivo do PSD, em funções à data, após muitas pressões de negociação política.

No que diz respeito à SUB de Arganil, e refutando aqui qualquer responsabilidade do PSD de que a mesma se encontra em Arganil por inércia do PSD de Oliveira do Hospital como alguns, aqui, já tentaram insinuar, importa salientar que a instalação da SUB em Arganil ocorreu quando o Presidente da ARS do Centro era o Sr. Dr. João Pimentel. Salientar que este Sr. Dr. João Pimentel é o mesmo que concorreu à Presidência da Assembleia de Arganil nas eleições autárquicas de 2013 pelo Partido Socialista.

Contrariamente aos vários ataques que têm sido dirigidos ao PSD este foi um processo político em que o Executivo em funções tudo fez para resolver. Promoveu, nomeadamente, uma reunião com o então Presidente da ARS do Centro, Dr. João Pimentel, e tendo em conta o interesse abrangente deste assunto o Executivo do PSD em funções convidou um representante de cada partido tendo-se disponibilizado o Sr. Carlos Mendes, pelo PS, o Prof. João Dinis, pela CDU, o Sr. João Esteves, pelo PSD e o Dr. Rui Monteiro pelo CDS-PP, e que ainda hoje aqui se encontram presentes embora alguns com memória curta. Saliente-se que dessa reunião saiu uma garantia: O SAP iria manter-se em funções no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

O PS de Oliveira não se opõe a obras que nasçam noutros Concelhos apenas pode exigir que não se percam as valências do nosso. Um facto fica registado na história do vosso mandato: Após um momento tão doloroso para este Concelho, como foi o incêndio de 15 de outubro, momento em que a

fragilidade do socorro e a assistência médica em situações de crise ficou tão desnudada os Oliveirenses veem-se confrontados com mais uma fragilidade dolorosa das suas vidas. Oliveira do Hospital vê-se privada de uma condição que é a base de todo o Sistema Nacional de Saúde - Serviço básico de auxílio numa emergência.

Está muito claro que o PSD soube sempre assumir a suas responsabilidades nos momentos certos, coisa que não se verificou com o atual Executivo, nem mesmo as alegadas influências e as constantes reuniões com a tutela da “geringonça” conseguiram trazer melhorias ao Concelho. O PSD lamenta por esse facto e, apesar de V. Exa. e o seu Executivo considerarem que em primeiro lugar estão as pessoas, nem sempre as decisões tomadas refletem esse lema.

O PSD, ontem como hoje, está disponível e desafia todas as forças políticas aqui representadas para lutar por um Serviço de Atendimento Permanente público no Centro de Saúde.

Trago também uma proposta para apresentar a esta Assembleia que deixo à Mesa da Assembleia Municipal.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para ler a proposta do Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito:

“Proposta - Reabertura do SAP 24 horas no Centro de Saúde.

O PSD vem propor a esta Assembleia que aprove a presente proposta a qual deve ser enviada para:

Presidente da República: Marcelo Rebelo de Sousa.

Primeiro-Ministro: António Costa.

Ministro da Saúde: Adalberto Campos Fernandes.

O Sistema Nacional de Saúde foi instituído há 39 anos pela Lei nº 56/79, de 15 de setembro, para criação de uma rede de instituições e serviços prestadores de cuidados globais de saúde a toda a população, financiada através de impostos, em que o Estado salvaguarda o direito à proteção de saúde.

Embora o conceito original tenha evoluído ao longo dos tempos fruto da influência de conceitos políticos, económicos e religiosos de cada época, sempre foi organizado, como diria Pedro Hispano, para “conservar” e promover a saúde dos povos.

É justamente baseado neste princípio original que consubstanciamos a nossa proposta. Consideramos que os interesses e a segurança de todos os Oliveirenses se encontra comprometido com a ausência de estruturas cabais que possam dar resposta em caso de emergência. Sobretudo quando se verificou que numa situação de crise extrema ficaram vidas expostas a uma fragilidade gritante e muito preocupante, mostrando as fragilidades de todas as estruturas inclusivamente a da própria proteção civil.

Quanto ao Serviço de Apoio Permanente realizado no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital este foi extinto em 31 de outubro de 2017, mantendo-se provisoriamente, de forma a preparar o processo de transição, a funcionar nesse regime apenas das 8h às 20h até ao final de dezembro.

A partir do dia 2 de janeiro de 2018 passou a funcionar como UCSP (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizada de Oliveira do Hospital) até às 20h, sendo transferido para a Fundação Aurélio Amaro Dinis a partir desse horário. Especificamos a V. Exa. que esta fundação privada não recebe doentes assistidos pelo INEM, sendo estes, em caso de emergência, transportados por estas viaturas para Arganil ou Seia, obrigando a uma deslocação dos doentes e prolongando o sofrimento e angústia quer aos utentes quer aos seus familiares.

Assim, face ao exposto, o PSD solicita ao Sr. Ministro da Saúde Adalberto Campos Fernandes, que reponha o Serviço de Apoio Permanente no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital em horário contínuo contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida de todos os Oliveirenses.

Recordamos ainda nesta missiva que esta medida ajudará a contribuir para aquela que deverá ser a missão de qualquer Governo face aos acontecimentos trágicos do ano passado: o combate à interioridade.

Observamos ainda que o reforço de médicos, anunciado pelo Sr. Ministro, permitirá a existência de condições que mitigarão os usuais problemas de falta de recursos nessa estrutura. Mais se poderá fazer ao nível das parcerias. E, considerando o importante papel que a Fundação Aurélio Amaro Dinis representa para Oliveira do Hospital, o estabelecimento de protocolos poderão colmatar algumas dificuldades de serviços e colocar essa estrutura como parceira na prestação de serviços na área da saúde, os quais devem ser desenvolvidos nas instalações do atual Centro de Saúde, mantendo assim o verdadeiro serviço público.

Em nome de todos os Oliveirenses aguardamos o acolhimento da nossa proposta com todo o deferimento.

Oliveira do Hospital, 27 de abril de 2018.

Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em presença desta proposta passaremos à sua discussão antes de a colocar à votação.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos perante uma proposta que é apresentada pelo PSD a esta Assembleia Municipal que, não queria adjectivar isto de uma forma muito violenta, mas que traz algum cinismo político, traz!

Devo dizer que estava nesta Assembleia Municipal e não me recordo que algum Presidente de Câmara da altura que efetivamente permitiu, sem fazer grandes ondas, contrariamente àquilo que se tem verificado já neste Executivo Municipal que até para a rua levou a população, nunca vi esse Presidente de Câmara em defesa dos superiores interesses das populações apelar aqui a solidariedade de uma Assembleia Municipal e de uma população para a defesa do nosso SAP.

Por isso é que eu digo que isto é de um cinismo político tremendo. Agora, quando se vem apresentar uma proposta deste teor, quando nós sabíamos todos e sabemos todos há anos o que é que se tem passado naquele SAP. Todos nós sabemos que o SAP funciona há muito tempo quase como uma exclusiva passagem de doentes ou para Arganil ou para Coimbra. Todos nós sabemos isso porque as pessoas queixam-se e diziam-no a toda a hora.

Em boa hora este Executivo, com esse problema que houve com a falta de médicos, porque não havia médicos, e é preciso lembrar isso, e ainda hoje não é fácil trazer médicos para garantir o funcionamento noturno do nosso SAP. Isto não é novidade para ninguém!

E foi uma ótima opção deste Executivo em colaboração com a própria Fundação Aurélio Amaro Dinis terem assinado com o Ministério da Saúde aquele protocolo, que foi assinado aqui neste salão, para que esse serviço fosse garantido com muito mais qualidade do que aquilo que era feito no SAP. Quantas vezes acontecia, maioritariamente à noite, que nem um Serviço de

Raio-X havia a funcionar, toda a gente sabe disso, e para não falar noutros meios técnicos de diagnóstico.

Portanto, este Executivo soube garantir à população de Oliveira do Hospital, no período noturno, nos fins de semana e feriados, o acesso aos cuidados de saúde com qualidade.

Portanto, meus amigos, querer vir agora reverter novamente aquilo que nós temos de bom para a saúde da população do Concelho?

Meus amigos, acho que essa não é uma proposta com credibilidade e irei votar contra esta proposta porque não estou para sujeitar a população de Oliveira do Hospital a ter que caminhar para Coimbra e a estar horas intermináveis nas urgências para fazer diagnósticos que podem ser feitos aqui na nossa Fundação Aurélio Amaro Dinis.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal esta é a primeira Sessão em que participo depois da sua eleição. Por motivos de saúde não pude estar presente nas Sessões anteriores razão pela qual lhe desejo que o seu mandato decorra da melhor maneira possível.

É com alguma indignação que ouvi aqui a leitura da proposta do Deputado João Brito: O Deputado João Brito mostrou que é uma pessoa pouco conhecedora da política do Concelho.

O 25 de Abril foi em 1974 e não sei se o Sr. Deputado sabe mas em 25 de Abril foi em 1974 os cuidados de saúde em Oliveira do Hospital estavam entregues ao Hospital da Fundação Aurélio Amaro Dinis. Esta Fundação em 1979 foi intervencionada, num período eleitoral, e no dia anterior às eleições o PSD de Oliveira do Hospital resolveu retirar estes cuidados de saúde da Fundação e as pessoas ficaram mais pobres.

Nós, Socialistas, defendemos, para todos, o direito à saúde e à educação, o que não é o vosso caso. Vocês defendem outros valores e outros princípios. Vocês entregaram o Hospital à Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Passados uns anos foi eleito como Presidente da Câmara Municipal o Prof. César de Oliveira e como vocês sabem foi um homem que tinha novas ideias. Na época o que o PSD queria era que não houvesse Centro de Saúde até porque o projeto pretendido para o Centro de Saúde era mais arrojado mas o PSD não aprovou o projeto. Construiu-se o Centro de Saúde, com o projeto que

já existia, que nos serviu durante todos estes anos mas que hoje está obsoleto e foi o PSD que o deixou chegar àquela situação.

O Sr. Deputado João Brito diz que o Sr. Eng.º João Pimentel foi o responsável pela transferência dos cuidados de saúde para Arganil mas eu não vi o PSD a tomar nenhuma posição sobre isso e era bom que a tivesse tomado porque nessa altura o PSD estava no Governo e estava na Presidência da Câmara Municipal.

Aquilo que vocês querem é que não haja cuidados de saúde em Oliveira do Hospital.

Como sabe a Câmara Municipal está a negociar projetos na área da saúde e certamente o Sr. Presidente da Câmara falará sobre esses projetos.

Eu nunca poderia votar favoravelmente esta proposta porque esta proposta é uma proposta de cinismo e politicamente não está consolidada. A única coisa que vocês querem é lançar a confusão. O que vocês pretendem é que se vote contra e depois vão dizer para a rua que o Partido Socialista não está interessado que os cuidados de saúde funcionem. Mas é o contrário!

Nós estamos interessados que o Centro de Saúde funcione e, ao contrário daquilo que o Senhor disse aqui, os Oliveirenses estão satisfeitos com o serviço que, hoje, a Fundação lhes presta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Ouvi com atenção as palavras do Sr. Deputado João Brito e acho que o Deputado João Brito teve um problema: Na última sexta-feira reuniu a Assembleia da Comunidade Intermunicipal, onde ele também participa em conjunto com os Deputados eleitos por Oliveira do Hospital, e foi eu que presidi essa reunião. Acredito que o Sr. Eng.º João Brito ficou incomodado por ser eu a presidir essa reunião, onde estavam presentes os Deputados Municipais de todo o Distrito, mas penso que o Sr. Eng.º João Brito se deveria orgulhar. Então, perante isso, deve ter ido falar e é mensageiro de um Presidente que passou por cá muitos anos.

A primeira pergunta que gostava de devolver ao Sr. Eng.º João Brito é a seguinte: Quando fizemos aqui a manifestação em defesa dos cuidados de saúde do Concelho de Oliveira do Hospital, não me recordo se ele já militava no PSD ou se ainda estava na lista dos independentes que apoiou em 2009? A verdade é que não o vi na manifestação!

Não vi o PSD na manifestação e hoje vejo o Eng.º João Brito a tentar ir buscar o passado e a ser mensageiro de um conjunto de mentiras.

Eng.º João Brito, quero dizer-lhe que a sua intervenção não me arreliou. O Senhor na última Sessão da Assembleia Municipal trouxe cá o mesmo assunto e como não tem outros assuntos para nos atacar arranja este que lhe pode dar alguns votos lá fora e isso não é politicamente sério nem honesto da sua parte. Quero também dizer que o considero uma pessoa séria e honesta.

Se há aqui alguém que teve sempre uma postura determinada na defesa da saúde dos Oliveirenses sou eu, o meu Executivo, os Presidentes de Junta. Todos unidos.

Concordo que esta Assembleia aprove uma proposta, elaborada por todos os Membros, em defesa do serviço de saúde durante 24 horas. Devemos estar todos unidos porque os cuidados de saúde são fundamentais.

Quero ainda devolver outra pergunta: Quando o Governo foi PSD/CDS o Eng.º João Brito sabe que nessa altura havia dezasseis mil pessoas no Concelho sem médico de família?

Agora temos cerca de duas mil e esta semana foram colocados três médicos. Também é verdade que até agora só se apresentou um.

Nós fomos obrigados a criar uma Unidade Móvel de Saúde para prestar cuidados a pessoas que estavam completamente abandonadas. Estão aqui os Srs. Presidentes de Junta de Lourosa, de São Gião e de Aldeia das Dez que podem falar sobre este préstimo que ainda hoje serve aquelas populações que nem um médico tinham para passar uma receita dos medicamentos e, por isso, não aceito críticas sobre a atuação na área da saúde porque a nossa preocupação tem sido enorme.

Se não fosse este Executivo e a sua postura reivindicativa não tínhamos serviço de atendimento noturno.

Está aqui nesta Assembleia o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que sabe muito bem que foram os médicos do Centro de Saúde que disseram que não faziam noites e que não eram obrigados a fazer horas extraordinárias noturnas. Também lhe quero dizer que foram os nossos médicos, com a conivência do ACES - Agrupamento de Centros de Saúde, que determinaram que o SAP não funcionava e que os médicos não faziam serviço no SAP.

Defendo que devemos ter um Serviço de Atendimento Permanente independentemente desta Unidade de Cuidados de Saúde Primários.

Devemos lutar todos para termos um Serviço de Atendimento Permanente durante 24 horas. Acho que isso é fundamental. Esta Assembleia deveria unir-se e fazer uma reivindicação conjunta porque isso é estar a servir as nossas populações.

Relativamente à SUB de Arganil a mim não me interessa quem é que governava, mas eu não sou cúmplice como outros foram, e, nessa altura, não vi ninguém a protestar na Comunicação Social, não vi ninguém a discutir a colocação da SUB que deveria ter ficado em Oliveira do Hospital até pelo número de utentes que nós temos.

Claramente, o que precisamos é lutar!

Todos devemos exigir ao Ministério da Saúde um Serviço de Atendimento Permanente durante 24 horas. É fundamental defender aos mais fragilizados e necessitados. É fundamental defender as pessoas que têm reformas miseráveis e, por isso, podem contar comigo para esta luta. Serei o homem da frente nesta exigência. Se sair desta Assembleia uma posição de força certamente que reforça o posicionamento do Presidente da Câmara e deste Executivo.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Em presença desta situação, estava a ter em conta o repto do Sr. Presidente da Câmara de, eventualmente, ser preparada uma proposta para fazer chegar ao Governo.

A proposta apresentada não tem nada de novo, para além do que tem sido dito e feito.

Para além das considerações que são feitas na proposta, que não têm a adesão de grande parte dos presentes, a verdade é que, no que é concreto, a reivindicação é a que tem sido feita.

Sr. Deputado João Brito, a parte dos considerandos merece reservas porque não são considerandos objetivos mas o Senhor tem toda a legitimidade para os fazer.

Penso que a parte final até é consensual.

Passamos de seguida à votação da proposta apresentada pelos eleitos do PSD na Assembleia Municipal relativa à reabertura do SAP 24 horas no Centro de Saúde.”

Efetuada a votação, a proposta de Reabertura do SAP 24 horas no Centro de Saúde, apresentada pelos eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, foi reprovada por maioria, com seis votos a favor e duas abstenções.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Votei contra esta proposta por uma razão muito simples: As melhorias que tem havido em tudo o que está relacionado com a área da Saúde neste Concelho têm sido desenvolvidas por este Executivo. Tudo o que tinha de ser feito tem estado a ser feito por este Executivo.

Já houve algumas propostas aprovadas e que foram encaminhadas na altura própria. Já se fizeram manifestações onde eu não vi algumas pessoas que agora se manifestam a favor da saúde, e muito bem porque em qualquer altura se podem manifestar nesse sentido, mas na altura da crise profunda não as vi lá!

O meu voto é contra esta proposta porque é uma proposta de cinismo, como já aqui foi dito, e é demagógica.

Tivemos muito tempo, refiro-me à minha Freguesia de Lagares da Beira em concreto onde estivemos dois anos sem médicos, e nunca ninguém veio aqui manifestar solidariedade.

Acho que esta proposta é demagógica e por isso votei contra.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Dizer-vos que me regozijo pelo voto contra do Partido Socialista, até em contrário ao que o Sr. Deputado Luciano Figueiredo disse, porque ser Socialista, de facto, é defender que a saúde pública deve estar nas mãos do estado.

Portanto, o CDS sempre foi o único partido aqui presente que defendeu que os cuidados de saúde deveriam passar para a Fundação porque era, efetivamente, a que tinha mais condições para que esses serviços fossem prestados a todos os cidadãos. Nesse sentido regozijo-me com a orientação de voto do Partido Socialista, e concordo inteiramente com o que aqui disse o Deputado Carlos Maia, porque, de facto, a Fundação Aurélio Amaro Dinis é o Hospital onde podemos fazer um raio-X e onde podemos ter um atendimento com maior qualidade.

Também ouvir com agrado o Sr. Presidente da Câmara dizer que está disposto para criar um consenso na Assembleia Municipal e para lutarmos todos pelo Serviço de Atendimento Permanente durante 24 horas, coisa que o CDS na última Assembleia Municipal veio firmar.

Depois fazer uma ressalva, que me pareceu ser pertinente da parte do PSD, que eu também apresentei aqui na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara corrija-me se eu estiver enganado: O trato ou acordo que foi feito entre a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital com a Fundação Aurélio Amaro Dinis, tanto quanto sei, não é reconhecido pela emergência médica. Creio que isso é uma falha desse acordo, que deve ser resolvida o quanto antes, porque continua a agonia do transporte de doentes, nomeadamente doentes idosos que possam adoecer no meio da noite e não têm capacidade de se fazer transportar até à Fundação Aurélio Amaro Dinis, e se ligarem para o 112 são transportados ou para Coimbra ou para a Guarda. Acho que isso é desumano e é desrespeitar os direitos mais básicos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Caro colega Rafael Dias, ao ouvir-te falar assim começo a acreditar que um dia ainda vais dar um excelente Socialista.

Caro colega João Brito, o enquadramento histórico dos cuidados de saúde em Oliveira do Hospital exclui quase por definição o Partido Social Democrata. Contudo, a proposta é legítima e a defesa do acesso aos cuidados de saúde em Oliveira do Hospital não deve olhar a partidos.

Esta proposta foi apresentada pelo PSD mas quase que podia ser apresentada pelo PS.

Pela defesa do verdadeiro Serviço Nacional de Saúde, criado pelo camarada António Arnaut, tive, pelo menos, de me abster na votação desta proposta.

Assumir que o serviço prestado pela Fundação Aurélio Amaro Dinis é melhor do que o serviço do SAP é uma ilusão.

Devíamos estar aqui a defender a melhoria das condições do Centro de Saúde e não a preferir o investimento público em instituições privadas.

O passado pouco importa. As escolhas do presente é que pavimentam o nosso futuro.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, para fazer a seguinte declaração de voto:

“André Pereira, estás quase um Social-democrata!

Acho que há aqui um problema de comunicação entre o PS, o PSD e o CDS. Hoje, o que sai desta Assembleia, é que o Partido Socialista vai votar contra. Portanto, o Partido Socialista é a favor do encerramento do SAP entre as 20 horas e as 8 horas e a população está muito bem com o serviço prestado pela Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Todos os Presidentes de Junta vão ter de explicar às vossas populações, quando alguém tiver que ir numa ambulância para Seia e depois para a Guarda, ou para Arganil e depois para Coimbra, porque não pode ser prestado o serviço aqui em Oliveira do Hospital, que também foi graças a vocês, quando votaram contra esta proposta, que isto acontece.

O PSD defende um Serviço de Saúde Público, no que se refere ao Atendimento Permanente, no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Sr. Deputado João Brito, o que direi aqui é o que direi na minha Freguesia: Desde a primeira hora que defendi sempre o Atendimento Permanente durante as 24 horas. Não ando aqui para discutir opiniões e partidarites.

Se houver aqui uma posição conjunta, como o Sr. Presidente da Câmara propôs, até para lhe dar mais força, em defesa do Serviço de Atendimento Permanente durante 24 horas, eu votarei a favor.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque creio que chegou o momento de dizer basta!

Tenho pena que o Deputado João Brito não esteja na sala.

Já chega deste aproveitamento populista que mistura incêndios com Serviço Nacional de Saúde.

A bancada do PSD sabe perfeitamente que quem privatizou o Hospital da Fundação Aurélio Amaro Dinis foi o PSD.

Vocês sabem perfeitamente que no último mês foram colocados mais dois médicos devido à pressão deste Executivo e deste Presidente da Câmara. Vocês sabem!

Também lhe digo, Sr. Presidente, no meio de todo o azar que nos bateu à porta no dia 15 de outubro é importante que vocês não se esqueçam do seguinte: No meio disto tudo nós até tivemos alguma sorte.

Tivemos alguma sorte porque se fosse com o Governo PSD teríamos agido de outra maneira. Vou-vos recordar, e vou passar a ler:

Quando em 2012 a seca extrema atingiu os nossos agricultores e motivou a perda de milhares de culturas, postos de trabalho e riqueza, o que é que o Governo PPD/PSD/CDS fez?

Passo a ler: *“Devo dizer que sou uma pessoa de fé. Esperarei sempre que chova e esperarei sempre que a chuva nos minimize alguns destes danos”* - Assunção Cristas;

Em 2015, no temporal que assolou o Algarve e houve grandes enxurradas, o que é que o Sr. Ministro Galvão da Silva veio dizer? *“Deus nem sempre é amigo.”*

Comparem! Comparem aquilo que este Governo fez! Comparem a atuação ao lado dos Autarcas e ao lado da população com aquilo que o Governo PPD/PSD/CDS fez!

Esta é a verdade que dói!

Digo-vos mais! Vocês continuam a utilizar esta Assembleia não lhe dando a dignidade que esta merece. Vocês continuam a ser desonestos intelectualmente porque os Senhores sabem perfeitamente a verdade histórica.”

Terminadas as declarações de voto, tomou a palavra a Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É suposto não tomar posições mas, relativamente ao problema sobre a prestação dos cuidados de saúde no Concelho, tenho que dizer o seguinte: Como sabem, não estou por dentro de todos os detalhes nem de todo o histórico mas tenho sido testemunha do empenho e luta por parte do Executivo Municipal e do Sr. Presidente José Carlos Alexandrino.

O problema que temos aqui na área da saúde é resultado de uma série de circunstâncias: Umas que são da responsabilidade de decisões ou omissões políticas e outras que resultam de problemas conjunturais e, por isso, não vamos conseguir de um instante para o outro, num contexto complexo, ter os médicos

necessários. Não tendo os médicos necessários nós estamos sempre perante um problema.

O contexto é difícil e o que eu posso registar é o enorme empenho e a enorme luta que o Executivo tem feito.

Relativamente a esta proposta, que não foi aprovada, a minha opinião é que o seu objectivo final teria o acordo de todos mas os considerandos são evitados de alguma manipulação, e não posso deixar de o dizer.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Agora venho aqui, além da qualidade de Deputado do CDS - Partido Popular, como Presidente Concelhio da Juventude Popular: Afinal é em torno da juventude que se deve construir o futuro no nosso Município de modo que, concordarão os Srs. Deputados, é através da educação que se instruem os jovens e é no acesso à mesma que o desenvolvimento social se constitui.

Sendo certo que a descentralização do ensino é uma miragem e que apenas existe no mero discurso de circunstância parece-nos ainda assim pertinente que o Executivo possa dentro da sua esfera de competências colmatar algumas lacunas na educação em Oliveira do Hospital.

Não obstante o CDS - Partido Popular e em particular a Juventude Popular tenham recomendado várias vezes ao Executivo aderir ao projecto piloto de ensino municipalizado, não sendo desculpa as acções contrárias do Governo face ao Executivo Socialista dado ao facto que têm aqui ao lado no Município da Mealhada, com uma gestão socialista desde sempre, aderiu ao programa.

Desta forma todos os alunos seriam vistos como pessoas e não como números, haveria uma gestão metódica e não desconcertante por parte de um qualquer funcionário, num qualquer escritório da capital a mais de trezentos quilómetros da nossa cidade, desconhecendo a realidade e as necessidades dos nossos jovens.

Assim, e aproveitando a ocasião de estarmos em plena semana académica em Oliveira do Hospital, o CDS - Partido Popular deixa à votação e entrega à Mesa da Assembleia um voto de recomendação para que o Executivo Municipal efetue um alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, pelo menos durante a época de exames dos estudantes do Ensino Superior, de dezembro a fevereiro e de maio a julho, mediante as capacidades

de alocação de funcionários camarários, dado ao facto de estarmos perante um espaço de excelência para o estudo de todos os jovens Oliveirenses

Esta é uma necessidade premente que o Partido Popular insta ao Executivo Camarário resolver.

É, pois, inaceitável que uma cidade com ensino superior e com centenas de jovens oliveirenses a estudar noutras universidades que voltando ao seu município durante as épocas de exames, não proporcione aos seus estudantes um espaço condigno para o estudo após o horário letivo e laboral.

Posto isto, gostaria também de pedir ao Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento quanto à linha de apoio para a valorização do interior, o projecto Valorizar do Turismo de Portugal, que dispõe de uma taxa de financiamento de 90% para entidades públicas em investimentos até quatrocentos mil euros.

Sendo que existem dotações específicas para os territórios que foram atingidos pelos incêndios em outubro, o Programa Valorizar, teve um reforço de trinta milhões para sessenta milhões no cômputo geral.

Ora, sabendo que tivemos a Secretária de Estado do Turismo no nosso território a promover algumas destas medidas, o que é que o nosso Executivo está a fazer para aproveitar estas oportunidades tão relevantes na reconstrução do nosso Município?"

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção de hoje era só mesmo de agradecimentos mas já aqui tenho matéria para poder responder e até torna-la um bocadinho agressiva nas palavras. Não o vou fazer.

Vou só dizer, e é uma sugestão que já deixei à Mesa da Assembleia Municipal no anterior mandato sobre a inscrição dos Deputados para o uso da palavra no Período de antes da Ordem do Dia: Sugeri que fosse colocada uma folha com linhas na entrada deste Salão Nobre para que os Deputados quando entrassem assinassem essa mesma folha para se inscreverem para as intervenções do Período de antes da Ordem do Dia. Assim, já não se criava o problema que se criou aqui na sala aquando das inscrições e já se sabia quais eram os Deputados que pretendiam usar da palavra. Acho que era uma sugestão que se devia ter em conta.

Quero fazer um agradecimento especial à Sra. Vereadora da Cultura, Prof.^a Graça Silva, pelo seu trabalho e persistência para a conclusão do Centro Interpretativo da Bobadela.

Agradecer também ao Sr. Presidente da Câmara Municipal porque também esteve sempre disponível e receptivo às alterações do projecto do Centro Interpretativo da Bobadela.

Agradecer também aos Srs. Vereadores pela sua disponibilidade para participarem nas diversas reuniões. Agradecer-lhes também porque deram sempre um parecer favorável para que esta obra conseguisse chegar ao final.

Agradecer também a todos os Deputados Municipais, sem olhar a cores políticas, porque aprovaram o orçamento com a cláusula de reconstrução e conclusão do Centro Interpretativo da Bobadela.

Desde já fazer o convite a todos para a visitarem este espaço de excelência na Bobadela.

Dizer ainda que o Centro Interpretativo da Bobadela enche de orgulho o anterior e o actual Executivo da Junta de Freguesia da Bobadela.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero reforçar que ao tomar posse do meu mandato de Deputada desta Assembleia Municipal prometo tudo fazer para defender com humildade mas com perseverança o direito daqueles que não têm autoridade.

Não posso deixar de salientar a honra e benesse que foi para este Concelho o excepcional contributo do meu antecessor Dr. Luís Lagos que, apesar de já não ter assento nesta casa por razões sobejamente conhecidas e lamentáveis, continua a colocar a sua reconhecida eficiência na defesa de uma das áreas de maior fragilidade deste Concelho.

Dois dias depois das comemorações do 25 de Abril considero oportuno e justo que se faça um enaltecimento pelo trabalho do Dr. Luís Lagos, como digo, representante desta Assembleia Municipal através dos conteúdos por si apresentados e sustentados.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara que fez a seguinte intervenção:

“Na última Sessão desta digníssima Assembleia, foi referido pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, na sequência da resposta à intervenção de um Senhor Deputado Municipal sobre o estado da sinalização das estradas, que tinha sido efetuado um levantamento dos prejuízos, de forma a poder apresentar uma candidatura de apoio financeiro.

Procedeu ainda, à leitura do teor de uma carta recebida da CCDR-C, a propósito dos apoios aprovados por aquela entidade para fazer face aos danos sofridos em equipamentos e infraestruturas municipais, mais concretamente, e para aquilo que agora importa, o valor aprovado para a reparação das estradas municipais e para a segurança rodoviária.

Assim, foi lido que se encontra aprovado o montante de apoio para a reparação de estradas municipais de cento e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e sete euros e vinte e cinco cêntimos e para segurança rodoviária (sinalização, proteção/guardas metálicas e marcações) de duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e quarenta cêntimos.

Pois bem, todos os presentes sabem da importância das vias rodoviárias, cujas condições e estado de conservação se revestem da maior importância.

Para tanto, é imprescindível que as mesmas se encontrem em bom estado de conservação, e ofereçam garantias de segurança para todos quanto nelas circulam.

Assim, e apenas para nos manter informados acerca do ponto de situação, agradecia que o Sr. Presidente nos informasse o que foi feito sobre a substituição da sinalética que ficou danificada, e mesmo destruída, pelos fatídicos incêndios do passado mês de outubro.

Neste seguimento, não poderia igualmente deixar de fazer uma referência, que, e certamente para muitos, nos causa tamanha preocupação.

Estou concretamente a referir-me à situação em que se encontram algumas das estradas que servem o nosso Concelho.

Na verdade, bem sabemos, e da pior maneira, que se encontram em curso obras na Estrada Nacional 17, as quais parecem não ter fim.

Não obstante ser do sendo comum que as obras impliquem transtornos e incómodos, a verdade é que as condições de circulação na mesma, podiam e deviam ser outras.

O estado da mesma tem vindo ao longo dos últimos meses a colocar em causa a segurança de quem nela circula, e bem assim tem provocado sucessivos danos em viaturas.

De tal forma que, para evitar a circulação naquela via, sobretudo para aqueles que a ela têm diariamente de recorrer, tem-se optado por utilizar vias de circulação alternativas.

Sucedem que, tais vias alternativas não estavam preparadas, porque também não era esse o seu objetivo, para receberem tamanho tráfego automóvel, e em particular, de veículos pesados de mercadorias.

Na verdade, trata-se de vias normalmente utilizadas para a circulação dos habitantes locais, com reduzida dimensão, em particular de largura, caracterizadas por curvas apertadas, sem sinalização adequada, e sobretudo por zonas onde apenas pode circular um veículo de cada vez, ou seja, o trânsito não se pode fazer em ambos os sentidos ao mesmo tempo.

Assim, é imperativo, dentro dos limites conferidos, que os responsáveis autárquicos exerçam a sua influência no sentido de tentarem que as obras sejam executadas a um ritmo mais acelerado, e, enquanto se aguarda pela conclusão dos trabalhos, reforcem a fiscalização das condições das vias alternativas, e se necessário for, com a colocação de sinalética temporária, procurando dessa forma reduzir o risco para a integridade física dos automobilistas e dos peões.

Não obstante muitas das estradas municipais das freguesias do Vale do Alva, nomeadamente na União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Freguesia de São Gião e Freguesia de Alvôco das Várzeas, estarem num avançado estado de degradação, pretendia referir-me em particular à Estrada Nacional 230, pelo menos no troço que liga Vendas de Galizes à Ponte das Três Entradas.

Este troço fortemente acidentado, com grandes ravinas e precipícios, impõe medidas de segurança reforçadas, fruto da enorme probabilidade de ocorrência de acidentes.

Porém, e sobretudo desde os incêndios, aquela via encontra-se numa situação de total insegurança, uma vez que, existem zonas muito perigosas sem que as bermas se encontrem protegidas por barreiras, os vulgares “railes de proteção”, ou sequer, linhas de marcação ou avisadoras de perigo.

Além disso, em resultado da erosão dos solos, é frequente avistarem-se em vários pontos do percurso, felizmente ainda apenas junto às bermas, sinais de pequenas quebradas.

Ora, caso nada seja feito para evitar tais ocorrências, o mais certo será as mesmas intensificarem-se e inclusivamente serem de maiores dimensões, colocando assim em enorme perigo todos quanto circularem naquela via.

Associado a este receio, acresce o estado degradado do pavimento.

Não poderia deixar de lembrar que se trata de uma via de acesso utilizada por aqueles que, provindo de outros concelhos, procuram a zona turística do Vale do Alva, atualmente provida de excelentes infraestruturas turísticas, e possuindo uma das melhores unidades hoteleiras do país.

Ora, tal facto, impõe um maior cuidado e atenção por parte dos órgãos autárquicos com competência executiva, uma vez que, e não obstante a

responsabilidade pela manutenção e conservação da via não se encontrar ao cargo destes, a verdade é que a responsabilidade pela segurança dos habitantes e visitantes são incumbência destes, e bem assim a procura incansável pela maximização dos benefícios para o nosso Concelho.

Queria deixar bem claro que a presente exposição pretende apenas e só alertar para um conjunto de preocupações que certamente muitos ou todos terão, apesar de estar naturalmente consciente das dificuldades inerentes à resolução das situações que acabei de descrever.

No entanto, não deixarei de estar atenta ao evoluir da situação, uma vez que, como referi, em causa está a segurança de quem transita nas vias rodoviárias que servem o nosso concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui intervir por dois motivos mas no decorrer desta Assembleia Municipal parece que vou ter de intervir por três.

O primeiro é referente ao 25 de Abril: Sei bem que as devidas comemorações já tiveram lugar mas, como jovem convicto de esquerda, não poderia de deixar aqui uma sentida homenagem aos homens e mulheres que com bravura devolveram a liberdade ao povo português. Liberdade que nos foi retirada por um homem que se dizia ser do povo mas que não passou de um tirano.

O segundo motivo - A requalificação da escola sede do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital: Como ex-membro da Associação de Estudantes tenho que manifestar aqui o meu orgulho e congratular quer a Associação de Estudantes quer a Associação de Pais pela luta intensa que travaram por esta requalificação, nunca abdicando dos seus direitos. Uma luta contra o Ministério da Educação onde, inclusive, se realizou uma manifestação. Foi uma luta que deu frutos e isto é a prova de que lutar vale a pena.

Quero também deixar um agradecimento ao Município de Oliveira do Hospital porque sem o apoio do Município esta obra não seria possível. Esta obra é uma obra de qualidade. É investimento público de qualidade. É pensar nos Oliveirenses e nas nossas crianças.

Também, como Presidente da estrutura concelhia da Juventude Socialista, tenho que congratular o Tiago Martins, que era o Presidente da Juventude Socialista na data, porque o Tiago juntou a Juventude Socialista a esta luta. O Tiago mostrou, mais uma vez, do que é que nós somos feitos. Nós somos

coniventes com os nossos pilares ideológicos. Lutámos pelo investimento público de qualidade sem medo. Digo sem medo porque o Governo era do Partido Socialista. Era a Juventude Socialista a lutar por Oliveira do Hospital e por um investimento público de qualidade. Bem-haja Tiago e bem-haja André!

Terceiro motivo - Bem, neste terceiro motivo vou dirigir umas palavrinhas para aqueles que parecem ser os arautos da luta nesta Assembleia Municipal. Para os caros Deputados do Partido Social Democrata tenho as seguintes palavras, sobre este assunto da Saúde e sobre a proposta que fizeram aqui: Vós desprezais o investimento público na área da saúde em Oliveira do Hospital desde sempre, tal como o Sr. Luciano Figueiredo já aqui demonstrou na sua intervenção.

Mas, como o André disse, e muito bem, o que interessa é o futuro e o presente porque o passado já lá vai. E, como o André disse, e muito bem, a vossa proposta quase que podia ser Socialista excetuando um pequeno detalhe: O cariz demagogo daquele texto.

Vós não quereis, nem estais interessados, no investimento público na saúde em Oliveira do Hospital. Vós quereis é aproveitamento político porque nunca estivéreis interessados no investimento público na saúde em Oliveira do Hospital. Quando houve a manifestação em prol da melhoria das condições de saúde no Concelho vocês não apareceram. Vós não sois arautos de luta nenhuma. Vós sois arautos do neoliberalismo, é cada um por si e vamos ver se nos safamos.

No Partido Socialista não enveredamos por esse tipo de demagogias para sair na Comunicação Social uma ideia diferente daquela que nós defendemos. Nós temos matrizes ideológicas consistentes e é por elas que nos regemos, é por elas que lutamos, e é por elas que votamos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de iniciar a intervenção que tenho preparada para hoje, e uma vez que o nome da minha Freguesia foi aqui citado, quero dizer que, eu e o meu Executivo, temos estado a acompanhar com bastante preocupação a situação da segurança na Freguesia. Sabemos que é uma zona que rapidamente começará a ser visitada pelos Turistas e pelas pessoas que procuram os nossos espaços balneares e, por isso, quero dizer à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves

Duarte Clara, que também estamos muito preocupados e atentos. Fique tranquila porque, penso eu, temos a situação controlada.

Relativamente à questão que hoje me traz aqui quero dizer o seguinte: A minha intervenção tem a ver com a assinatura do protocolo com a APA-Agência Portuguesa do Ambiente para algumas reparações dos recursos hídricos.

Dizer em jeito de alerta o seguinte: Penso que este assunto tem que ser tratado com alguma celeridade. Estamos praticamente em maio, a época balnear irá iniciar-se no dia 15 de junho, e não temos muito tempo para executar os trabalhos. Eu propunha, e deixava aqui esse desafio ao Município, para que se fizesse uma reunião rapidamente com os Presidentes das Juntas de Freguesia das zonas ribeirinhas para concertarmos uma estratégia de forma a podermos, em tempo útil, ter as nossas praias fluviais recuperadas e preparadas para receber as pessoas que utilizam aqueles espaços.

Dizer também ao Sr. Presidente da Câmara que, mais uma vez, esteve muito bem na mesa de negociações. São quatrocentos e cinquenta mil euros. Já olhei para os valores atribuídos ao Municípios vizinhos e reparei que obtiveram valores significativamente mais baixos e, por isso, Sr. Presidente da Câmara Municipal, mais uma vez, esteve muito bem na mesa de negociações.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Período de Antes da Ordem do Dia queria enaltecer e parabenizar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo pela realização da Feira do Queijo. Apesar do tempo não ter sido o melhor, a Feira do Queijo veio dar um sinal positivo à nossa gente, que bem precisa, e por isso, estão de parabéns.

Também quero dar os parabéns pela realização das comemorações do 25 de Abril, embora, e tenho que o dizer, fiquei com alguma preocupação depois de ouvir alguns discursos proferidos por jovens. Por este andar temos que começar a prepara os nossos filhos porque provavelmente daqui a uns anos vamos ter de fazer outro 25 de Abril!

Relativamente à recuperação das casas destruídas pelos incêndios, e o Sr. Deputado Raul Dinis também já falou sobre este assunto, bem sei que estes processos são complexos e que as coisas não podem ser resolvidas tão rápido como desejaríamos. São processos que estão sujeitos a muita burocracia e

também sabemos que terá de ser assim até para se poder criar alguma justiça porque todos sabemos que há muitos que se aproveitam das situações.

Relativamente à recuperação das segundas habitações eu gostaria de perguntar aos Sr. Presidente se já há diretrizes em concreto para podermos dar essa informação às pessoas.

Parabenizar ainda o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, o meu amigo José Francisco Rolo, pela sua eleição para Vice-Presidente da DESTINATURE - Agência para a Promoção do Turismo de Natureza. Acho que o Concelho está bem representado por ele.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Sem dúvida nenhuma que a transparência é provavelmente o princípio mais importante da atividade administrativa mas também da ética política.

Não posso deixar de aproveitar este Período de Antes da Ordem do Dia para enaltecer e dar os parabéns à Câmara Municipal por Oliveira do Hospital ser um dos Municípios que está na vanguarda da transparência em Portugal.

Como todos saberão, recentemente foi publicado o ranking do índice da transparência municipal e Oliveira do Hospital ocupa a sétima posição.

De facto, Oliveira do Hospital tem vindo a subir no ranking desde 2013, onde ocupava a posição cento e seis, e atualmente ocupa a sétima posição, mas mais importante do que isso é analisar o próprio índice em si e reparamos que desde 2013 subimos cerca de cinquenta pontos percentuais.

Porque é que isto é importante? É importante não só para os Cidadãos porque, de facto, conseguem ter um acesso a informação relevante, sejam contratos públicos, seja a organização da Câmara Municipal, seja ao nível de informação dos Regulamentos. São aspetos extremamente importantes para quem quer ter uma participação cívica e para quem quer saber como vão os destinos do Concelho.

Mas, mais importante do que isso, é igualmente importante também saber que em Oliveira do Hospital, devido a esta transparência, a oposição está claramente em melhores condições para fazer o seu trabalho.

Este índice, no fundo, tem a ver com o uso das tecnologias e dos meios digitais para se poder ser mais transparente e ir à procura dos cidadãos e, por isso, não posso deixar de enaltecer uma medida recente que é a plataforma digital “a minha rua”. É uma plataforma digital onde as pessoas podem registar todas as ocorrências da sua rua, seja uma árvore caída, seja um passeio

esburacado, e, de facto, em Oliveira do Hospital temos um Município que utiliza as ferramentas digitais em prol do desenvolvimento e em prol de princípios éticos.

Só posso dizer uma coisa: Espero que este trabalho seja aprofundado e que no futuro próximo tenhamos novidades.”

Depois, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero, de facto, fazer a minha intervenção para salientar um aspeto muito importante no que toca a área da Educação no nosso Concelho.

É de realçar que a atribuição de bolsas de estudo por parte da Câmara Municipal é uma opção política e não uma competência, porque há bolsas nacionais, é portanto uma opção clara no investimento na educação dos nossos jovens. Por isso devemos dar os parabéns aos investimentos que este Município, e em particular o Executivo, tem dado aos nossos estudantes.

Quando o Presidente José Carlos Alexandrino chegou à Câmara, em novembro de 2009, o Regulamento em vigor permitia atribuir bolsas de estudo a apenas dez alunos, cinco para alunos da ESTGOH e cinco para os alunos que estudavam fora do Concelho, totalizando o valor de seis mil e oitocentos euros.

Face às dificuldades financeiras das famílias, e numa linha humanizante que caracteriza o Sr. Presidente e o seu Executivo, que assenta numa forte preocupação de ajudar os mais desfavorecidos, e neste caso específico, ajudar os jovens estudantes e seus familiares, o investimento na educação, na forte aposta de criar massa crítica no Concelho, garantir um melhor futuro para os jovens do Concelho, foi decidido então aumentar em orçamento o valor para vinte e cinco mil euros no ano de 2010 e em 2012 para cinquenta mil euros, devido ao número elevado de candidaturas de famílias que manifestaram necessidade de ajuda.

Registaram-se mais de noventa candidaturas e destas mais de quarenta alunos a beneficiarem de bolsa nestes últimos seis anos.

No presente ano letivo candidataram-se cento e trinta e cinco alunos, sendo que trinta e seis foram candidaturas a bolsa de mérito e noventa e nove candidaturas a bolsa de cariz social. Foram atribuídas cinco bolsas de mérito e quarenta e três bolsas de cariz social, envolvendo um investimento de quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e um euros. Este ano, e pela primeira vez, também foram contemplados com bolsa de estudo os alunos em mestrado não integrado.

Cumpra realçar que os jovens contemplados com bolsa de mérito, têm notas de dezanove a dezoito valores no Ensino Secundário e no Ensino Superior de dezoito e meio a dezassete valores.

Permitam-me parabenizar estes alunos pelos excelentes resultados escolares obtidos, bem como aos agentes educativos, professores, encarregados de educação e naturalmente as escolas.

Sem dúvida que esta é uma opção política consciente que apoia familiares e jovens alunos, promovendo e garantindo a estes jovens poder de boa liderança nas decisões futuras para o nosso Concelho.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas, que fez a seguinte intervenção:

“Na passada Assembleia ouvimos aqui uma divulgação estatística relativa ao Turismo protagonizada pelo Sr. Deputado do PSD Rafael Costa.

Achei estranhos os resultados que apresentou e procurei informar-me, e lamento muito, mas não consegui tirar as mesmas conclusões que o Sr. Deputado tirou!

Disse o Sr. Deputado, e passo a citar “*por falar em turismo, saíram recentemente os dados das dormidas e do número de hóspedes em cada cidade*”

Sejamos claros na análise!

Os dados que saíram naquela altura, e estamos a falar do mês de fevereiro, referiam-se ao ano de 2017, mas para o total nacional e para as NUTS II.

Não são ainda conhecidos os dados referentes a 2017 por cidade ou município.

Terá o Sr. Deputado informação mais privilegiada que o próprio Instituto Nacional de Estatística que nos possa facultar?

Qual foi a sua fonte com dados de 2017 para o nosso Concelho?

Depois, continuou dizendo que o Concelho de Oliveira do Hospital ficou num “*miserável trigésimo nono lugar*”.

Eu pergunto: De que ranking?

Ficamos sem saber!

Sr. Deputado, apresentar resultados sim, mas que sejam os corretos.

Misturar resultados nacionais acabados de sair, relativos a um determinado ano, com os resultados existentes por Concelho relativos a outro ano não me parece correto, e muito menos atribuir-lhe um ranking.

Assim, os números que existem respeitantes a 2016 para o número de hóspedes e de dormidas nos Municípios Portugueses, divulgados na base de dados do INE em 23 de novembro de 2017, mostram que Oliveira do Hospital cresceu 32 % no número de hóspedes e 28 % no número de dormidas.

Ou seja, o nosso Concelho foi: O décimo segundo com maior crescimento em hóspedes e foi o décimo sétimo com maior crescimento de dormidas da Região Centro.

Portanto, ficou no Top 20!

Mais, se o País já teve um desempenho notável no turismo, naquele ano, Oliveira do Hospital apresenta um desempenho excelente, com o números de hóspedes e de dormidas a crescerem no nosso Concelho quase três vezes mais que no País.

Realidade que se mantém ao comparar o desempenho do turismo de Oliveira do Hospital com a Região Centro ou mesmo com a Região de Coimbra: Crescemos no turismo quase o triplo que estas regiões onde nos inserimos.

Afinal, parece que este Executivo, até trabalha.

Aqui, neste Concelho, os empresários turísticos, o Presidente da Câmara e em especial o Sr. Vereador, José Francisco Rolo, fazem o seu trabalho, e fazem-no Bem!

Existe uma estratégia para o turismo em Oliveira do Hospital. Há promoção no turismo. Há investimento e integração em redes e marcas turísticas.

Com este Executivo há objetivos a cumprir e todo um longo caminho a percorrer.

Quando a Câmara trabalha de mãos dadas com os investidores, os resultados são estes que estão à vista.

Antes de terminar quero felicitar o Sr. Vice-Presidente pela sua eleição como Vice-Presidente da DESTINATURE - Agência para a Promoção do Turismo de Natureza.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer à colega do PSD, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, e relativamente à intervenção que aqui fez, que seria justo dizer que a Estrada Nacional 230 entre as Vendas de Galizes e o limite do Concelho e do Distrito está uma lástima. É só um reparo porque a Sra. Deputada só referiu que a

estrada ia até à Ponte das Três Entradas mas a Estrada Nacional 230 vai até ao Concelho de Seia que é Distrito da Guarda.

Também não posso deixar passar em claro sem dizer que o Concelho de Oliveira do Hospital está bem.

A EPTOLIVA está de parabéns por várias razões e uma delas é por ser uma das melhores escolas profissionais do País. Ontem foi realizada a Assembleia Geral e a EPTOLIVA apresentou as melhores contas dos últimos anos.

Não seria justo comigo, nem como cidadão Oliveirense, nem como Deputado Municipal, nem como Presidente da Junta dos Agricultores de Regadio de Alvôco das Várzeas, se não viesse aqui enaltecer o trabalho deste Executivo nomeadamente com a política de proximidade com as Juntas de Freguesia, com as populações, com as Associações e outras entidades.

Dizer ainda que a Junta dos Agricultores de Regadio de Alvôco das Várzeas com o apoio da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, do Sr. Eng.º Tó Zé, do Ministério da Agricultura e com o Sr. Eng.º Bernardo, foi participada com um apoio de mais de duzentos e quarenta e três mil euros. Muito obrigado ao Sr. Presidente, muito obrigado à Sra. Eng.ª Teresa Dias porque também esteve sempre ao meu lado na execução deste trabalho, e muito obrigado aos Srs. Vereadores.

Agradecer também ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, ao Sr. Eng.º Bernardo e ao Sr. Eng.º Tó Zé.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Meus caros amigos, e refiro-me concretamente ao Senhores Deputados do PSD, por favor deixem de ser uma negação e contradição constantes e façam proposta construtivas para o Concelho de Oliveira do Hospital e para o País.

Quem mais desinvestiu na área da saúde, quem mais atacou a área da Saúde, foi o PSD e hoje vêm defender o Serviço Nacional de Saúde quando querem exatamente o contrário. Isto é enganar as populações porque o PSD quer é cuidados de saúde privados.

Relativamente à Festa do Queijo quero dizer que tive a oportunidade de acompanhar a preparação da Festa do Queijo e dizer-vos que naqueles dias extremamente chuvosos, e num ambiente adverso, é de reconhecer todo o esforço dos trabalhadores e de todos os que montaram esta Festa do Queijo. Chovia torrencialmente!

Apesar das condições adversas a Câmara Municipal conseguiu realizar mais um evento que nos honra a todos e durante a Festa do Queijo Oliveira do Hospital foi visitada por muita gente que nos deu uma palavra de conforto e de esperança para o futuro.

Referir também que esta Festa do Queijo terminou no domingo com um grande almoço solidário com as vítimas do incêndio de outubro para mais de mil pessoas onde esteve presente o nosso Presidente da República que nos agradeceu a todos.

Sr. Presidente da Câmara Municipal tenho também uma questão para lhe colocar referente ao apoio do Governo nos financiamentos até em 85% para as pequenas e médias empresas que sofreram danos com os incêndios. Sabemos que anteriormente este apoio estava nos 70% e passou para 85%. Sabemos também que o Sr. Presidente e o Executivo Municipal tiveram um grande esforço para que esta percentagem de apoio fosse maior. Gostaria que nos fizesse um ponto da situação referente a este assunto.

Dizer ainda que neste momento já há mais de seis milhões de euros aplicados em incentivos para um total de dez vírgula seis milhões de euros.

Dizer também que a Segurança Social, neste momento, já apoiou, pagou vencimentos, mais de mil e oitocentos postos de trabalho. É importante também dizer isto.

Referir também que hoje Oliveira do Hospital vai muito para além da região geografia onde nós estamos e que existe no País porque é conhecida. Isto deve-se a todos os que estão aqui, especialmente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo e vejamos alguns exemplos: O nosso Presidente da Câmara é o Vice-Presidente da CIM, é um lugar de extrema importância;

O Sr. Vereador, José Francisco Rolo é Presidente da Rede das Aldeias de Montanha e Vice-Presidente da DESTINATURE - Agência para a Promoção do Turismo de Natureza na Região Centro;

O nosso amigo Prof. Nuno Seixas foi nomeado Segundo CODIS da Região Centro;

A EPTOLIVA é a melhor Escola Profissional do País e por isso é de louvar o esforço do nosso amigo Prof. Daniel Dinis;

A ESTGOH honra-nos porque cada vez tem mais futuro e a este propósito dizer que a proposta apresentada para abertura da biblioteca na época de exames é importante;

Por tudo isto, o Concelho de Oliveira do Hospital é conhecido além do Distrito e no País e isto deve-se ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Decorridos que foram seis meses sobre a catástrofe que assolou este Concelho, devemos estar atentos a tudo o que se está a passar e fazer uma retrospectiva de toda a situação que nos atingiu e pensar num plano para que de futuro, situações destas nunca mais ocorram.

Assim, quero aqui interpolar o Sr. Presidente da Câmara, de quais os desenvolvimentos já efetuados pela Comissão Municipal de Proteção Civil, para elaboração de um plano estratégico para o repovoamento florestal do concelho?

O princípio de atuação da Comissão Municipal de Proteção Civil visa promover a redução dos riscos nas fases que antecedem acidentes graves ou catástrofes, garantindo uma atuação articulada e eficiente com todas as entidades que a compõem, do qual V. Exa. é a Entidade Política Responsável.

De acordo com a Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, são competências dos Serviços Municipais de Proteção Civil, assegurar o funcionamento de todos os Organismos Municipais de Proteção Civil, que no caso do âmbito florestal, a competência deste organismo podem ser exercidas pelo Gabinete Técnico Florestal.

Quanto a mim, deveria ser estruturado um plano com “mosaicos de defesa da floresta” para o repovoamento florestal do concelho, onde se incluíam estrategicamente postos de água, corta fogos, etc.

O ordenamento florestal se está já elaborado, deveria ser dado a conhecer aos munícipes proprietários, para que estes possam contribuir para o repovoamento florestal, sabendo antecipadamente quais as espécies que poderia repovoar.

A distribuição das espécies por zonas poderá facilitar em muito o combate às calamidades trazidas pelos incêndios o que permitiria que o que aconteceu em outubro, nunca mais se repetirá.

Quero ainda referir que “Desonestidade intelectual” é quando uma pessoa concorda com a conclusão que pronuncia e, no entanto, defende visão contraditória.

E o que é apresentar propostas concretas? Não é fazer propostas para serem discutidas em locais próprios, independentemente de ser ou não do nosso acordo?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Vou começar a minha intervenção com um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e a toda a sua equipa pelas comemorações do 25 de Abril.

Sou um homem de Abril, nasci no tempo da ditadura e fui criado na mesma. Sei o que foi ter de começar a trabalhar com onze anos de idade e tenho muita honra em o ter feito, só tenha pena de ter sido da maneira que teve de ser. Naquele tempo não tínhamos acesso ao ensino como os jovens de hoje têm.

Não pude estar presente por questões de saúde nas referidas comemorações mas fui acompanhando as mesmas pela Comunicação Social.

Digo também que comungo das palavras que o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge aqui disse. Ao ouvir a intervenção daquele jovem fiquei com alguma preocupação mas não entendo que seja necessário, a curto prazo, fazer um próximo 25 de Abril.

Como vos disse fui criado no tempo da ditadura e tenho um filho e a minha primeira preocupação quando ele começou a ter algum conhecimento foi transmitir-lhe aquilo que foi a minha infância e as minhas dificuldades.

Foi com o 25 de Abril que tivemos acesso à saúde e ao ensino. Hoje Oliveira do Hospital tem referências de marca e vou dizer o seguinte, e sei que custa ouvir a algumas pessoas, mas todas elas têm a marca do Partido Socialista.

As escolas onde hoje funciona o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas tiveram uma mulher que foi a grande dinamizadora. Era uma mulher que saía de madrugada para Lisboa para tratar dos assuntos no Ministério da Educação e conseguiu os seus objectivos. Essa mesma pessoa, num Executivo Socialista, criou o ensino profissional e hoje a EPTOLIVA é uma escola de referência não só no Distrito de Coimbra como a nível Nacional. Foi num Governo Socialista que foi criada a Escola Superior. Como vêm o Partido Socialista tem marca nestas coisas todas.

Em relação à saúde, o Partido Socialista tem orgulho naquilo que efectivamente tem feito. Foi o Partido Socialista que viabilizou aquilo que hoje é a Fundação Aurélio Amaro Dinis porque se não fosse o Partido Socialista a Fundação Aurélio Amaro Dinis, se calhar, hoje estava encerrada. A Fundação

estava com grandes dificuldades financeiras e foi um Governo Socialista, nomeadamente o Dr. Rodrigues Gonçalves, que, efetivamente, conseguiram fazer acordos com o Ministério da Saúde para que a Fundação fosse viabilizada e hoje tenha as valências que tem.

Pensei que hoje os Deputados do PSD viessem aqui falar de algumas coisas positivas que têm ocorrido mas fico preocupado porque continuam a ser os arautos da desgraça.

A Sra. Deputada do PSD falou aqui na obra da Estrada Nacional 17 e eu pensei que ela vinha dizer que esta semana já foi assinado um protocolo para a requalificação do IP3 e da Estrada Nacional 17 desde a Póvoa das Quartas até ao limite do Distrito da Guarda, ou seja até Celorico da Beira.

A Sra. Deputada do PSD demonstrou que não conhece o Concelho porque se o conhecesse não falava das estradas da maneira que realmente falou. Teria que ter começado por falar das estradas da Freguesia em que ela foi criada e é uma pena que ela não tivesse feito aqui um elogio à Câmara Municipal pelo arranjo daquelas estradas. Mas realmente a Sra. Deputada é nova e conhece pouco o Concelho.

Sr. Presidente da Câmara também quero lembrar aqui o seguinte: Ontem passei na zona da Casa da Cultura e já vi que a obra teve início. Para os arautos da desgraça não são boas notícias porque já andam para aí a dizer que as obras não vão ser feitas.

Também tive conhecimento que a Câmara Municipal já é dona da obra do Agrupamento das Escolas e que as referidas obras ainda não tinham avançado por falta de escrituras dos terrenos.

Continuem a fazer o vosso trabalho porque os Oliveirenses revêm-se no vosso trabalho. Aqueles que vivem fora do Concelho de Oliveira do Hospital têm inveja e pena de não viverem no nosso Concelho.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me que volvidos apenas dois dias da celebração do quadragésimo quarto aniversário do 25 de Abril aqui o evoque: Celebrar Abril é elevar a política à sua nobre necessidade onde o combate político se faz com princípios e com elevação dando uma imagem que agregue, una e entusiasme e chame os jovens para a participação política. O combate, como muitas vezes vemos nesta Assembleia Municipal, feito de ódios, de maledicências, de notícias falsas, do vale tudo, não é política. É baixeza que afasta que

desincentiva, corrói e paulatinamente destrói a própria democracia. Esse é talvez o maior desafio que temos perante nós nos próximos anos, o não permitir que os nossos cidadãos, sobretudo os mais jovens, deixem que a actividade política lhes passe ao lado.

A Nação que hoje somos está certamente muito longe do País que desejamos para amanhã, mas não tenho qualquer dúvida de estarmos muito distantes do País bloqueado, isolado, estagnado e sem futuro que eramos ontem, há quarente e quatro anos. Isto, meus caros amigos, é importante que seja dito e lembrado porque me parece que há para aí umas correntes de esquecimento.

Por falar em esquecimento, muito estranhei, bem sei que nem todos os Deputados do PSD usaram da palavra, mas normalmente a bancada do PSD é tão ativa e informada em matéria de estratégia e ferramentas digitais, que não tivessem ainda vindo saudar o Executivo com as últimas notícias sobre o desempenho de Oliveira do Hospital nestas ferramentas.

Pois bem, face a este esquecimento cabe-me a mim, um mero utilizador de Word, quase datilógrafo do século XXI, dizer-vos que a Bloom Consulting, uma insuspeita consultora especializada em desenvolver marcas relativas a países, regiões e cidades em todo o mundo, e com presença constante em meios internacionais de renome, como a BBC, a Forbes e a CNN, elaborou um estudo muito interessante. Este estudo visou medir a evolução global dos desempenhos das várias regiões e cidades portuguesas, avaliando cinco objectivos ou dimensões essenciais, a saber: Atração de investimento; Atração de turistas; Atração de talento; Aumento da proeminência; Aumento das exportações.

Tal como na edição passada, a liderança e os lugares cimeiros do ranking Regional do Centro mantiveram-se inalterados. Coimbra volta a assumir o primeiro lugar e é a grande bandeira do Distrito. Contudo, este insuspeito estudo, ressalva que, e passo a ler: *“Entre todos os Municípios da Região Centro existe um caso de estudo muito interessante. Oliveira do Hospital, que na edição do ano passado subiu onze posições, volta a subir seis posições este ano graças uma excelente performance na variável online que congrega Website e outras redes sociais como o Facebook, o Instagram e o Twitter. O Web Site oficial do Município é uma fonte relevante de informação não só para os Municípios mas também para investidores e turistas, uma vez que esta é uma das mais importantes portas de entrada de cada Município.”*

Ora, os nossos Deputados Municipais do PSD, verdadeiros “Zuckerbergues” aqui da zona, estou certo que estão muito orgulhosos porquanto consubstanciam o esforço deste Executivo no reforço e na

reafirmação da marca Oliveira do Hospital entre as mais conhecidas na Região Centro e em Portugal no âmbito do turismo, do talento, das exportações, do investimento e da proeminência.

Este Executivo Municipal muito contribuiu para esta projecção de sucesso e de renascimento de Oliveira do Hospital, que estou certo, que é afinal aquilo que tudo nos une.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Trazia aqui umas questões para abordar mas, por aquilo que aqui já foi dito, não vou conseguir dizer porque tenho apenas cinco minutos.

Começando pela declaração mais recente do Deputado João Ramalhete e dizer-lhe que se antecipou porque eu tinha aqui algumas saudações ao Município e uma delas era a que acabou de dizer. Mas é engraçado porque este mesmo ranking ou estudo foi apelidado aqui há dois anos, quando o ranking não convinha, por ranking que ninguém conhece, e deixem-me ver se me recordo de mais alguma expressão, nomeadamente do Deputado Luciano Figueiredo que dizia que eram rankings de lixo ou sem credibilidade nenhuma e outras barbaridades que foram aqui ditas. Agora até é engraçado porque este ranking já é credível e a posição melhorou, e ainda bem, e é sinal que olharam para o ranking que não tinha credibilidade nenhuma.

Há aqui uma questão que eu não podia deixar passar. É a questão da Deputada Patrícia Moreirinhas que aqui veio duvidar de algumas palavras que foram aqui ditas relativamente a factos que estão escritos. E sobre esses factos quero dizer-lhe que foi nessas fontes que nos baseámos e não foi em fonte mais nenhuma. Baseámo-nos em fontes credíveis. Eu até pedi à Esmeralda para me imprimir a fonte que eu utilizei e está ali *ipsis verbis* o que eu disse na ata. É uma notícia do jornal Notícias de Coimbra que tem como título “Seia com mais turistas no espaço rural de habitação”. Foi-me também lembrado pelo Deputado Nuno Rafael que a mesma notícia do INE saiu também no Jornal de Negócios e portanto estamos a falar de duas fontes minimamente credíveis e não é só o Boletim Municipal que é uma fonte credível. Portanto, o INE e o Anuário Estatísticos da Região Centro, referente a 2016, são os últimos dados que foram aqui reportados. A notícia é de 20 de janeiro de 2018 e podem consultá-la. Também lembrava aqui que o Sr. Presidente na última Assembleia duvidou destes números.

Os números são oficiais, são públicos, e colocam Oliveira do Hospital na trigésima nona posição na Região de Coimbra.

Eu faço-lhe chegar esta notícia e também ao Sr. Presidente.

Posto isto, gostaria de felicitar o Executivo por duas razões: A primeira, é pelo índice que foi alcançado no índice de transparência referente a 2017. É uma boa prática que devemos todos saudar.

Saudar também a adesão à plataforma, como aqui já foi referido, e para não dizerem sempre que vimos aqui só criticar, porque não é verdade. Esta é uma aplicação que constava do nosso programa eleitoral em moldes diferentes. É uma boa medida e é de saudar.

Por outro lado também gostaríamos de ter aqui umas palavras do Sr. Presidente relativas ao anúncio que foi feito recentemente pelo Governo sobre o avanço da requalificação do IP3, bem como a conclusão do IC12.

Sr. Presidente, gostaríamos de saber se tem alguma informação relativamente ao nosso IC6. É que agosto está aí à porta e, todos sabemos que os projectos já foram lançados, nomeadamente o projecto ambiental, e se não houver avanços nesta matéria os projectos irão caducar. Portanto, é fundamental não darmos tréguas ao Sr. Ministro sobre esta questão.

Posto isto, permitam-me voltar a duas questões que certamente por lapso ficaram por responder na última Assembleia. Permita-me mais um à parte Sr. Presidente: Querer ver as nossas perguntas respondidas não é nenhum luxo, nem é querer ser mais do que ninguém nesta Assembleia, é um direito que temos e um dever que o assiste por uma questão de respeito para com a oposição e para com a Assembleia.

As perguntas que aqui trazemos são referentes ao ponto de situação da Pousada do Convento de Desagravo em Vila Pouca da Beira.

A segunda questão tem a ver com os investimentos que muitas empresas têm feito no Interior. O que é que tem sido feito nesta matéria de atração de investimento pelo Executivo? Que pacotes de incentivos é que têm sido criados e que esforços é que têm sido feitos para tentar seduzir as empresas a virem aqui fixar-se?

Para finalizar, meus Senhores e minhas Senhoras, vimos aqui propor: A proposta que trazemos é uma proposta de recomendação ao Executivo e está relacionada com a implementação de um balcão dedicado ao apoio e proximidade a investidores e empresas. Recentemente várias cidades, como por exemplo Ansião ou Fundão, aderiram ao projecto a que o Governo chamou de Espaço Empresa e que disponibiliza mais de cem serviços. Por cá, infelizmente,

não houve, por enquanto, essa adesão e gostaríamos de deixar essa proposta para que o Executivo estivesse atento a esta oportunidade, que achamos da maior importância e relevância para que possamos dar mais esta ferramenta a empresários empreendedores. Aqui fica esta proposta que achamos que é amiga do investimento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou entrar novamente na questão do problema da saúde. Já houve muitas intervenções e quem tanto questionou por parte do Partido Social Democrata pena é que eu não tenha ouvido uma única referência até agora sobre a melhoria nos aspetos da saúde. Se a saúde melhorou e eu não tenho qualquer dúvida que melhorou para os Oliveirenses, independentemente dos problemas que existem e nós temos consciência deles. O serviço Nacional de saúde devia estar a trabalhar em pleno e nisso estamos todos de acordo e não poderia haver a necessidade de se fazer um protocolo, conforme se fez entre o Ministério da Saúde e a Fundação Aurélio Amaro Dinis para garantir o Serviço de Saúde à população mas nos próximos tempos nós logo iremos fazendo os balanços de tudo isso com o desenrolar futuro deste tipo de situações.

Por exemplo, não ouvi aqui ninguém do PSD dizer que, ou andam muito distraídos ou realmente não lhes convém dizer, é que por exemplo na União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira foi inaugurado no dia 9 de março uma nova Unidade de Saúde que era uma aspiração com mais de uma década. Esta nova Unidade de Saúde para além de garantir melhores condições aos profissionais que lá trabalham vai garantir também melhores condições a cerca de mil e quinhentos utentes daquela área.

Tanto quanto sei também está em remodelação a Extensão de Saúde de Avô.

Tudo isto representa investimento e tudo isto representa esforço. O Município e o Sr. Presidente da Câmara estiveram na primeira linha destas lutas.

Nem tudo vai mal na área da saúde no Concelho e há coisas que vão bem e até melhoraram e eu não vi ninguém fazer referência a isso mas, se calhar, politicamente não convém fazer referência a isso!

Sr. Presidente, a nova Unidade de Saúde está a funcionar muito bem. As pessoas e os profissionais que lá trabalham agradecem e aquilo que eu espero e desejo é garantir a assistência médica às nossas populações.

Temos que garantir que os cuidados médicos são devidamente prestados e todos nós sabemos que o problema principal na área da Saúde é a colocação de médicos.

Já aqui foi feita a referência pela Deputada Patrícia sobre a atribuição das Bolsas de Estudo para os nossos Estudantes Universitários. É de realçar e de relevar esses apoios.

Também é de realçar e de relevar a assinatura do protocolo com a APA - Agência Portuguesa para o Ambiente, que vai permitir a realização de investimentos de recuperação das infra-estruturas hídricas, nomeadamente das praias fluviais, açudes, limpeza de margens dos rios, num valor global de cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros. Eu vou estar com alguma expectativa quanto a esse programa, e a parte Sul do Concelho tem belezas naturais diferentes das que tem o Norte do Concelho, mas na União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira também temos rios e açudes bonitos e por isso fico com alguma expectativa de algum investimento.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“A vantagem de ser o último é que há alguns assuntos que não preciso de falar porque esses assuntos já foram abordados.

Relativamente ao assunto, que também já foi referido pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, nomeadamente a candidatura que o Sr. Presidente da Câmara conseguiu com uma verba de valor global de cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, e que vai permitir a realização de investimentos de recuperação e requalificação das praias fluviais, açudes e também a limpeza das margens dos rios, especialmente agora que está a chegar a época balnear, o quero dizer é que estas obras são realmente necessárias.

Alvôco das Várzeas foi das povoações mais sacrificadas com os últimos temporais devido também à sua situação geográfica e, por isso, gostaria de pedir ao Sr. Presidente para nos ajudar a fazer a recuperação do Açude da Moenda.

Penso que alguns açudes já têm projectos e orçamentos para a sua requalificação e gostaria que nos falasse sobre isso.

O nosso Açude da Moenda é o segundo ex-líbris da Freguesia e gostaríamos que brevemente fosse recuperado. Como disse o Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, estas intervenções têm que ser feitas no verão quando os rios levam menos água.

Queria também agradecer à Câmara Municipal e aos seus serviços pela maneira rápida e eficaz como resolveram o problema da Tapada. Os moradores daquela localidade estavam isolados, não passava uma ambulância se fosse necessário ir buscar algum doente. As pessoas para se deslocarem tinham que ter dois carros, um para ir até um certo ponto e outro para se deslocarem à povoação. Não podia deixar de agradecer ao Sr. Presidente e aos funcionários da Câmara Municipal todo o trabalho que realizaram porque neste momento já se pode passar. Isto é muito difícil. Aliás, tudo tem acontecido!

Esta catástrofe foi muito difícil, reconheço que o Sr. Presidente não pode chegar a tudo, e não há funcionários que cheguem para resolver todos os problemas.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada do PSD, nomeadamente no que diz respeito à Estrada Nacional 230, quero dizer que a estrada em Alvôco das Várzeas não está melhor do que a estrada ente Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas. Toda aquela Estrada Nacional 230 até ao limite do Concelho necessita de intervenção. Também dizer que a estrada está perigosíssima com a falta dos railes de proteção. Já fizemos duas cartas para as Infraestruturas de Portugal e foi-nos respondido que brevemente iriam colocar os railes de proteção naquele troço da estrada entre a Ponte das Três Entradas e o limite do Concelho.

Relativamente aos apoios para a recuperação das casas de primeira habitação que foram destruídas pelos incêndios quero dizer o seguinte: O que se está a passar não é o que nos foi dito e o Deputado Raúl Dinis já aqui falou também sobre este assunto. Os Presidentes de Junta têm sofrido muito com esta situação. Mandaram-nos recuperar uma casa de primeira habitação e na semana seguinte aos incêndios as pessoas já estavam na sua casa. Depois exigem-nos uma série de documentos, e a obra já foi realizada há sete meses, e ainda não conseguimos pagar ao empreiteiro. Sabemos que o problema não é da Câmara Municipal e gostaríamos que muita gente viesse acompanhar estes processos para ver quem tem tido alguma culpa. A culpa é da burocracia e de algumas leis do nosso País que “foram feitas em cima do joelho”.

Relativamente ao 25 de Abril quero dizer que nem toda a gente gostou das mudanças. Admira-me que ainda haja pessoas que não gostam do 25 de Abril.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Finalizámos as intervenções deste longo Período de Antes da Ordem do Dia. De seguida será lida a proposta de recomendação do CDS-PP que foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal.

Depois dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às perguntas dos Senhores Deputados. Sei que o Sr. Presidente da Câmara vai precisar de tempo. Se lhe for possível, tente ser sintético mas, não prejudique a qualidade da informação que nos vai fornecer.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para ler a proposta de recomendação do CDS-PP:

“Voto de recomendação do Grupo Parlamentar do CDS/Construir o Futuro.

Estando, por esta ocasião, a nossa cidade a viver a sua semana académica, o CDS - Partido Popular entende ser pertinente recomendar o Executivo Municipal para que este efetue um alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, numa primeira fase durante a época de exames dos estudantes do Ensino Superior - dezembro a fevereiro e maio a julho - mediante as capacidades de alocação de funcionários camarários, e posteriormente executar um horário que se estenda após as horas de funcionamento das instituições de educação do concelho, com enfoque para o Ensino Superior, e das atividades laborais dado ao facto de este ser um espaço por excelência para o estudo de todos os jovens oliveirenses, esta é uma necessidade premente que o Partido Popular insta ao Executivo Camarário resolver. É, pois inaceitável que uma cidade com ensino superior e com centenas de jovens oliveirenses a estudar noutras universidades que voltando ao seu município durante a época de exames, não proporcione aos seus estudantes um espaço condigno para o estudo após o horário letivo e laboral.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A minha primeira resposta aos Srs. Deputados é a seguinte: As perguntas que os Srs. Deputados me fazem não me perturbam mas, nas intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia, as perguntas são tantas que, às vezes, não consigo responder a todos. Há Deputados que fazem perguntas e depois mais tarde até falam comigo e, por isso, quero dizer que não há desconsideração com o Eng.º Rafael nem é para fugir a nenhuma pergunta.

Não há nenhuma discriminação em relação às perguntas do Eng.º Rafael ou de qualquer outro elemento desta Assembleia. Todos merecem o mesmo respeito democrático e estão aqui legitimamente eleitos para me colocarem as perguntas, sejam elas quais forem.

Também quero dizer que não me senti confrontado com nenhuma pergunta dos Deputados da oposição sobre temas que são estruturantes para o Concelho.

Poderia começar por vos dar boas notícias: O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas foi o último a falar e quero dizer-lhe que já tínhamos começado esta Sessão da Assembleia quando caía nos nossos telemóveis a decisão da atribuição da Bandeira Azul, pelo quinto ano consecutivo, à praia fluvial de Alvôco e, por isso, vai ganhar o galardão “Bandeira de Ouro”. É uma boa notícia!

Não é por causa das boas notícias que a oposição me poupa nas suas críticas, que são legítimas, mas temos que perceber que este é um tempo de grande dificuldade para quem está à frente dos órgãos executivos, e é difícil também para os Srs. Presidentes de Junta. Deparamo-nos todos com um conjunto de problemas e com muitas dificuldades e isto também nos absorve.

Desde a data dos incêndios de outubro, já passaram seis meses. O tempo corre tão depressa e uma pessoa sente-se incapaz na resolução de alguns problemas porque não se conseguem encontrar soluções. Existe uma burocracia tremenda sobretudo nos processos de recuperação das primeiras habitações que me afligem, a mim e à minha equipa toda, e também afligem os Srs. Presidentes de Junta que lutam diariamente com problemas que nos são colocados. E todos os dias aparecem problemas diferentes. É uma coisa inacreditável!

Por outro lado, para quem perdeu as primeiras habitações, de certeza, estes seis meses parecem-lhes seis anos. As pessoas que perderam as suas habitações estão ansiosas e quando virem o projeto e a obra da sua casa adjudicada ganham uma nova esperança.

Ainda sobre boas notícias quero dizer o seguinte: Na outra semana assinei na Agência Portuguesa do Ambiente um protocolo de quatrocentos e cinquenta

mil euros para recuperação de açudes, praias fluviais e limpeza de margens dos rios. Nós vamos ser os donos da obra e os técnicos do nosso Gabinete Técnico Florestal e a Vereadora do Ambiente já estão a fazer reuniões. Também devemos fazer algumas reuniões com os Srs. Presidentes de Junta para dizerem o que é importante recuperarmos. Dizer ainda que estou muito preocupado porque temos de lançar o concurso rapidamente. As obras têm que estar concluídas, e os quatrocentos e cinquenta mil euros têm que estar bem gastos, a 31 de dezembro.

Ora, ninguém vai fazer obras nos rios durante o inverno, como vocês sabem. Por outro lado, se vamos mexer muito nos rios durante o mês de julho, as praias fluviais ficam sem qualidade.

Esta é uma boa notícia e eu estou contente. O Concelho de Oliveira do Hospital foi o que teve maior apoio. Vamos intervir no rio Alvôco, no rio Alva, no rio Cobral, no rio Seia e ainda um pequeno investimento no rio Mondego.

Por outro lado, foram elaboradas candidaturas ao PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, que partiram aqui da Câmara Municipal, desafiando a Junta dos Agricultores de Alvôco das Várzeas e a Junta dos Agricultores de São Sebastião da Feira. Ontem, foram atribuídos duzentos e quarenta e três mil euros à Junta dos Agricultores de Alvôco das Várzeas e cento e três mil euros à Junta dos Agricultores de São Sebastião da Feira. Este financiamento é a fundo perdido ou seja é um financiamento a 100 %.

O total deste financiamento é de trezentos e quarenta e seis mil euros e somando a verba de quatrocentos e cinquenta mil euros, do protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente, será feito um investimento de cerca de oitocentos mil euros com financiamento a 100%.

Estas são as boas notícias e é importante que os Srs. Deputados saibam o que se passa.

Relativamente à recuperação das primeiras habitações que foram atingidas pelos incêndios de 15 outubro, na minha opinião, este tem sido um problema muito complexo. Um problema com muita complexidade na lei e com muita burocracia.

Deixei-me também dizer com alguma sinceridade que há um conjunto de casas em que o valor das obras de recuperação é até cinco mil euros que já foram recuperadas. Há outras casas em que o valor das obras de recuperação é até vinte e cinco mil euros que também já foram recuperadas ou que estão a decorrer as obras, mas há um problema para a recuperação das casas em que o valor das obras é superior a vinte e cinco mil euros, exceto aquelas que têm

seguro e que vão ter participação e o dono da obra é o proprietário. Estes problemas são de ordem legal.

Existem muitos problemas para legalizarmos algumas casas e o trabalho é enorme porque também há muita burocracia.

E o que é que a CCDR fez? A CCDR, que vai ser a dona da obra, convidou quatro empresas de Oliveira do Hospital para fazerem a adjudicação das obras nas casas ou para criarem um consórcio e depois distribuírem por outras empresas de Oliveira do Hospital, e isto seria bom para o desenvolvimento da economia local. O problema é que as empresas de Oliveira do Hospital, depois de analisarem as condições, vieram para o terreno e fizeram contas e não aceitaram e disseram-me: “*Sr. Presidente nós não vamos aceitar este negócio porque achamos que este negócio não é suficiente, sobretudo na parte Sul do Concelho onde não temos mão de obra para a construção civil. Há sítios onde não podemos montar uma grua, onde não conseguimos chegar com uma camioneta, o que encarece todo o trabalho, e, por isso, nós não aceitamos.*”

Entretanto liguei à Sra. Presidente da CCDRC e disse-lhe as empresas não aceitam. A Sra. Presidente da CCDRC fez alguns contactos, até porque já tem empresas a trabalhar noutros concelhos, e abriu um concurso urgente mas o que aconteceu foi o seguinte: Decorreram os prazos do concurso e não apareceu ninguém, as empresas não concorreram. Está estabelecido em Portaria que o valor a pagar por estas obras é de seiscentos e cinquenta euros por metro quadrado e, com este valor, as empresas não lhe estão a pegar.

Criou-se uma estratégia nova, mas não se pode ir muito mais além porque esta matéria está definida na lei, e neste momento a Faculdade de Arquitetura de Lisboa iniciou a realização destes projectos. A equipa da Faculdade de Arquitetura de Lisboa já esteve na Zona da Cordinha, primeiro na Freguesia do Seixo e depois no Ervedal, e a Sra. Presidente da Junta do Seixo teve a oportunidade de os acompanhar.

Eu estou preocupado e gostava que isto fosse muito mais célere.

Depois há outra complexidade enorme porque há primeiras habitações que eles não consideram primeiras habitações e isto é um drama.

Nós temos aí vários casos, e são bastantes, que eram primeiras habitações efetivamente mas eles não as consideram por causa de uma burocracia tremenda. Andamos a ver se desbloqueamos estas situações. Acho que a Câmara Municipal tem que dar prioridade a estes problemas com as primeiras habitações.

Ainda não tivemos tempo para pensar nas segundas habitações devido a esta bolsa de casas que nós reconhecemos que eram primeiras habitações e que a CCDR não as quer reconhecer por diversos motivos.

Há aqui uma série de problemas com as primeiras habitações. Queria ver se resolvíamos o problema das primeiras habitações porque acho que é obrigação da Câmara Municipal, nomeadamente das habitações que se provarem que eram efetivamente primeiras habitações. A Câmara Municipal terá que dar uma ajuda e teremos que encontrar estratégias para que estas pessoas fiquem também com a sua casa. Este é um trabalho que nos absorve e que nos dói.

Depois temos a recuperação das empresas, que também aqui foi falado e que eu tenho acompanhado muito, onde é necessário definir o que é elegível daquilo que não é elegível e que também é outra grande polémica.

Acho que o Governo fez bem porque reconheceu aquilo que várias entidades vínhamos clamando, entre as quais também a Presidente da CCDR, o próprio Presidente da República e as Associações dos Lesados dos incêndios. O Governo alterou a comparticipação financeira às empresas de 70 % para 85 % devido a esta pressão coletiva. O Presidente da Câmara também foi dos que falou de Oliveira do Hospital e pressionou muito o Governo, falei com o Sr. Presidente da República, a Presidente da CCDR também falou, porque havia injustiça. Depois há uns protagonismos bacocos que parece que foram eles que fizeram isto e que nós não tivemos ação nenhuma. Tivemos ação coletiva. E achamos que o Governo fez bem porque em Pedrógão Grande a comparticipação financeira era de 85 %.

E, por isso, meus caros amigos, fizemos bem. O que interessa é que os nossos empresários estão contentes, isso é que é importante, e não é nenhuma corrida de protagonismos para saberem a quem é que o Governo cedeu. Eu também reivindiquei, falei com o Sr. Presidente da República, falei com o Sr. Ministro, mas não acho que fui eu que ganhei nada. Acho que fiz a minha parte. O Governo, depois, tomou a decisão, com certeza, por causa dessas pressões todas e eu também me congratulo com isso. Este apoio de 85 % de comparticipação financeira às empresas é fundamental para a nossa reestruturação.

Ainda nos faltam apoios na área da agricultura porque os que existem, na minha opinião, ainda são insuficientes.

Relativamente às segundas habitações o Governo fez uma coisa muito gira no seu Orçamento de Estado de 2018: As Câmara que quiserem recuperar

as segundas habitações podem contrair um empréstimo, vão ao Fundo de Apoio Municipal com uma taxa de juro relativamente baixa, que não conta para o endividamento líquido. Mas as segundas habitações em Oliveira do Hospital são quase tantas como as de primeira habitação. Isto é, se a Câmara Municipal contrair um empréstimo de doze ou treze milhões de euros, mas tem que os pagar, sabem o que é que acontece? Quem vier para a Câmara Municipal nos anos futuros terá que pagar o empréstimo para estas segundas habitações e não poderá fazer absolutamente nada para ter desenvolvimento no Concelho. Por isso temos que ter os pés assentes.

O que eu acho é o seguinte: Depois de termos resolvido o problemas das primeiras habitações, e depois de saber quanto é que se gastou, vê-se se há alguma disponibilidade do Governo apoiar, e não se devem apoiar as casas todas da mesma maneira, deve-se apoiar conforme a condição socioeconómica de cada agregado. O Governo arranjou aqui uma maneira de passar alguma responsabilidade para as Câmaras Municipais na recuperação das segundas habitações, mas espero que o Governo faça um regulamento, e nós dizemos sim Senhora, a Câmara Municipal até paga, por exemplo, os materiais e depois arranjam a mão de obra.

Relativamente às obras de requalificação da Estrada Nacional 17 quero dizer o seguinte: Tudo o que disseram é verdade e as pessoas têm toda a razão porque a estrada já devia estar requalificada mas as coisas têm corrido mal.

O prazo para finalizar a obra é 31 de maio. A empresa até começou bem e eu não consigo perceber porque é que depois avançaram com as obras nas duas faixas de rodagem. No início faziam as obras numa via e circulava-se pela outra e a partir de agora estão a fazer as obras nas duas vias ao mesmo tempo e quando chove a estrada torna-se num lamaçal. As pessoas desesperam, mandam as contas dos estragos nos carros para aqui e eu envio as contas para a empresa porque é a empresa que tem os seguros e é a responsável pela segurança.

Sem dúvida nenhuma que as obras na Estrada Nacional 17 não me têm agradado. Eu tenho discordado e não consigo perceber a empresa. Já ouvi não sei quantas desculpas. Tenho pressionado muito as Infraestruturas da Região Centro. A verdade é que esta semana esteve bom tempo, e eu estava à espera que a obra avançasse, e há sítios que não andou nada. Isso é uma coisa que nos angustia.

O Presidente da Câmara tem levado com muitas críticas por causa de uma obra que não é da responsabilidade da Câmara Municipal. A minha obrigação é discutir a obra e pressionar.

É verdade que a data para a conclusão das obras é 31 de maio mas mais um mês com a estrada naquelas condições não é agradável para ninguém.

Como disse a Sra. Deputada Dra. Sofia o trânsito a partir das Vendas de Galizes passou a realizar-se por Nogueira do Cravo e Aldeia de Nogueira e eu também faço isso para não me envergonhar quando passo naquela Estrada Nacional.

A Estrada 230 é outro problema complexo. Esta estrada já há três anos teve uma auditoria das Infraestruturas de Portugal e foi classificada, numa escala de 1 a 5, com o valor de 1,4, o que quer dizer que é uma estrada em estado muito mau, mas nem assim as obras são realizadas. Temos feito várias reuniões com o Sr. Ministro Pedro Marques e com o Presidente das Infraestruturas, o Eng.º António Laranjo, onde estes problemas têm sido falados. Na próxima sexta-feira vai haver uma reunião em Tábua, com o Sr. Ministro Pedro Marques e com os dezanove Presidentes de Câmara que pertencem à CIM da Região de Coimbra, para tratar de assuntos relativos ao IP3 e ao IC6 e este assunto da Estrada 230 também deverá ter uma clarificação porque não podemos baixar os braços e temos que resolver estes problemas.

Relativamente ao Canil Intermunicipal quero dizer o seguinte: O Canil Intermunicipal é um assunto nuclear neste momento. Todos os dezanove Presidentes de Câmara que pertencem à CIM da Região de Coimbra reconhecem que não têm condições para cumprir com a legislação em vigor e, por isso, temos pressionado o Governo. A proposta da CIM é a construção de três Canis e depois apetrechá-los com equipas devidamente organizadas porque a estrutura que existe hoje é muito débil. Estamos a encontrar soluções mas, neste momento, esta solução não pode ser Municipal porque não vale a pena e não pode haver um Canil para dezanove Concelhos, tem que haver um Canil por região. Temos que ter uma visão supramunicipal, se assim não for não saímos do mesmo, até porque isoladamente não temos capacidade para cumprir com a legislação em vigor o que é preocupante.

Dizer ainda que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem uma parceria, há já alguns anos, com o Canil da Câmara Municipal de Seia.

O Sr. Luciano falou no saneamento e no abastecimento de água às povoações do Alentejo, Parceiro e Covão e quero dizer-lhe o seguinte: Sr. Luciano não estou nada contente com a obra do Parceiro e com a obra de abastecimento de água ao Alentejo porque as chuvas fizeram o arrastamento das terras e os tubos ficaram à vista. Eu não sei que obra foi aquela! Houve ali um investimento bastante grande para levarmos água àquelas pessoas, e conseguiu-

se financiamento, e agora a obra não serve os moradores devido a uma série de deficiências. Já fiz uma reunião com a equipa técnica e pedi um relatório e auditoria àquele trabalho e, por isso, esperamos resolver rapidamente aquele problema porque o dinheiro já se gastou e a obra já está paga.

Também gostava de vos dizer o seguinte: Há aqui um problema, e isto piora tudo! Não sei se sabem mas entrou em vigor um novo Código para os Contratos Públicos. Este novo Código tem-nos atrasado algumas coisas porque traz alguma complexidade. Acabámos de contratar um advogado de Lisboa para acompanhar os nossos serviços a lançarem as primeiras adjudicações com este novo Código para os Contratos Públicos. Toda a gente está com medo, e é para estar com medo, porque a legislação é diferente.

Ainda não foi lançado o concurso para a obra das marcações das estradas e recuperação dos railes de protecção devido a estas alterações legislativas. Nós temos feito algumas recuperações de railes na zona de Penalva de Alva com os nossos serviços. Temos o projecto feito, os sinais estão todos georreferenciados por GPS, temos tudo pronto mas, com estas alterações, o processo tem-se arrastado e pensamos lançar a obra agora em maio.

Nesta transição legislativa estamos com muitas dificuldades. Agora há um responsável por cada concurso público. Esse responsável tem de acompanhar o processo, desde o princípio ao fim, e será o responsável por tudo o que se passar. Os funcionários dos nossos serviços têm ido a várias acções de formação porque este novo Código para os Contratos Públicos tem uma grande complexidade.

Sobre a descentralização de competências quero dizer o seguinte: Houve algumas Câmaras Municipais que aceitaram a descentralização de competências na área da educação, e dou-lhe como exemplo a Câmara de Mangualde. Eu não aceitei esta descentralização de competências porque já sei como é! O Governo faz o seguinte: Dá a “galinha gorda” no primeiro ano e depois começa a reduzir as verbas. Ou seja, fazem a descentralização de competências sem haver contrapartidas financeiras e por isso eu não o fiz.

Agora, vai haver descentralização de competências num âmbito diferente em duas áreas fundamentais, nomeadamente na área da saúde e na área da educação. Todas as Câmaras vão ficar com estas pastas o que nos vai obrigar a repensar tudo isto. Esta descentralização de competências está a ser negociada com a Associação Nacional de Municípios e já tivemos uma reunião com o Sr. Ministro Eduardo Cabrita.

Relativamente ao alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal para os alunos do ensino superior durante a época de exames quero dizer-lhe que a Biblioteca funciona até às dezanove horas e também está aberta ao sábado.

Dizer também que durante a época de exames não há aulas e muitas vezes os nossos estudantes universitários durante a noite querem é ir para um bar ou um pub com música ao vivo.

Sobre o Projecto Valorizar quero dizer que temos uma candidatura de Aldeia das Dez e também temos uma candidatura dos Palheiros dos Fiais.

À Sra. Deputada Maria Alice Gouveia quero dar-lhe as boas vindas como Deputada do CDS.

Relativamente à requalificação da Escola Secundária pensamos que a obra irá arrancar muito brevemente.

Sobre o Índice de Transparência e a Plataforma A Minha Rua o que nós queremos é que a transparência seja efectiva e por isso nós ficamos contentes com estes resultados.

Sobre as Bolsas de Estudo achamos que devemos continuar a fazer estes apoios.

O Deputado João Esteves falou sobre a Protecção Civil e, por isso, quero dizer-vos que temos um Gabinete de Protecção Civil e temos um Gabinete Técnico Florestal que são coordenados pelo Eng.º José Carlos. O Município tem o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios com faixas e pontos de água definidos. O Concelho tem planos de gestão florestal, que definem as espécies a plantar, elaborados pela entidade gestora das ZIF. Todos estes planos são elaborados de acordo com a legislação e aprovados pelo Estado.

O nosso Plano de Emergência tem validade até maio de 2018 e terá agora uma nova revisão para o adaptar às novas realidades.

Dizer ao Deputado Sebastião Barbosa o seguinte: No dia em que inaugurarmos as obras de requalificação da Escola Secundária devemos fazer-lhe uma grande homenagem porque a Comissão da Associação de Estudantes reivindicou muito estas obras.

Sobre os rankings quero dizer-vos que alguns rankings valem o que valem e fico contente por termos melhorado porque é sinal que Oliveira do Hospital está a dar passos positivos.

Sobre a atração de investimento quero dizer que temos feito um grande trabalho. Dizer ainda que estamos a trabalhar com um homem do CDS que foi Secretário de Estado da Alimentação, o Dr. Nuno Vieira, mas como sabe neste

campo do investimento há sempre uma grande corrida com os outros concelhos e não é uma coisa fácil.

Sobre a Plataforma quero dizer-vos que nós também vamos aderir. Nesta Plataforma os empresários podem localizar os terrenos mas neste momento só temos os terrenos da Zona da Cordinha.

Sobre a Pousada do Convento do Desagravo quero dizer-vos que temos um empresário interessado e que estamos em negociações. É uma grande empresa privada da região que quer investir no turismo. Como também sabem a Pousada é da Fundação Bissaya Barreto e durante as negociações já baixaram a renda porque o valor da renda era bastante alto.

Penso que respondi a todas as questões e espero que tenha esclarecido todos os Senhores Deputados.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tínhamos um pedido para o Período de Intervenção do Público do Sr. João Manuel Fontes Dinis mas, já no decurso desta Sessão, ele fez-nos chegar uma comunicação dizendo o seguinte: *“Assunto - Minha impossibilidade em participar no Período de Intervenção do Público na Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital de hoje, dia 27 de abril de 2018.*

Venho desta forma dar conhecimento que dada a hora de início da Sessão de hoje da Assembleia Municipal não me é possível, por motivos profissionais, participar como público e tal como me havia inscrito há dias. De facto, estes horários impedem a participação de muita gente que noutros horários, ou aos sábados, até poderia participar.

Assim, estas Sessões tendem para ser assumidas por “profissionais” da política e ainda que local, circunstância que não ajuda a democracia e o Concelho.

*Com os melhores cumprimentos,
João Dinis.”*

Portanto não temos esta intervenção e está aqui a sua posição.

Passamos, então, de seguida para o Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que para além da documentação que vos foi enviada não há mais nada de relevante para informar sobre a actividade e situação financeira da Câmara Municipal.

A situação financeira da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital continua muito sustentável e continuamos com um bom ranking a pagar aos nossos fornecedores.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto I, gostava de tecer algumas considerações, que passam pelo seguinte: Sobre o aspeto da situação financeira do município, esta continua com bons índices de execução e com boa disponibilidade de tesouraria, o que é bom para o desenvolvimento e investimentos a efetuar.

No que se refere às GOP e aos seus objetivos para este exercício, claro que ainda não podemos tecer grandes considerações sobre a sua execução, já que estamos no início do ano. No entanto, queria alertar para o grande aumento do financiamento definido para este ano, relativamente ao exercício de 2017, que se cifra em 4.758.850,00 € (quatro milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta euros), o que corresponde a mais de 24 % que o objetivo do ano anterior. Esperamos que este ano seja um ano de forte investimento em prol das populações, o que lhes irá melhorar a sua qualidade de vida.

Sobre a dívida a Fornecedores/Prestações de Serviços e Empreitadas, este é muito reduzido, sem qualquer significado para os investimentos que o município tem em curso, o que nos informa que a Câmara paga na hora quase todas as faturas, o que é bom para a credibilidade do município.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como os Srs. Deputados sabem, a maior parte das obras é participada por fundos do Quadro Comunitário e isso obriga-nos ao seguinte: Para recebermos o dinheiro referente à participação financeira destas obras, ou seja, para sermos reembolsados, temos que pagar rápido. Primeiro pagamos e depois somos reembolsados.

Nunca houve tantas obras no Concelho, e deixei-me também dizer isto com agrado. Neste momento estão a decorrer obras na área do saneamento com um valor de cerca de dois milhões e setenta e cinco mil euros, e estas obras são

comparticipadas em 85 %. As obras do saneamento são obras que não se vêm e neste momento as obras de saneamento na Estrada Nacional 17 têm um custo de cerca de três milhões de euros mas só dois milhões e setenta e cinco mil euros é que têm participação de 85 %.

Na realização de obras participadas quanto mais rápido pagarmos mais rápido somos reembolsados. Na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital os empreiteiros não esperam trezentos e sessenta e cinco dias pelos pagamentos.

A parte financeira da Câmara Municipal é muito importante. Este ano, devido aos incêndios, tivemos muitas despesas e ainda não temos certezas de qual vai ser o valor da participação. Estamos a comprar as máquinas que nos arderam e hoje é preciso um investimento muito forte na Proteção Civil do Concelho e na área florestal.

Os Srs. Presidentes de Junta não podem levar a mal que este ano seja um ano de contenção e também quero dizer-lhes que em maio vamos pagar o subsídio de duzentos e cinquenta e quatro mil euros para as despesas correntes das Juntas de Freguesia. Quanto ao outro subsídio para investimentos de capital ele só virá para aprovação na próxima Assembleia porque eu ainda não tive oportunidade de reunir com todas as juntas de Freguesia. É verdade que também a minha posição na Comunidade Intermunicipal rouba-me muito tempo que às vezes era preciso para o meu Concelho.

No que se refere à gestão financeira temos que ter os pés assentes e também sabemos que há assuntos que são prioritários. A Câmara Municipal tem que fazer investimentos nas máquinas que arderam. É muito dinheiro e ainda não sabemos qual é o valor da participação financeira. Por exemplo, nesta obra para substituição da sinalética nas estradas nós não sabemos se vamos ter participação financeira mas, temos que realizar a obra, até para dar outra imagem ao Concelho. Também é preciso que os Srs. Presidentes de Junta percebam que este ano temos que ter alguma contenção.

Já agora, dizer o seguinte: O Ponto VII tem a ver com o Saldo de Gerência e os nossos serviços por lapso não o incluíram. A Câmara Municipal só pode tocar neste Saldo de Gerência depois de ser aprovada esta revisão orçamental. O Saldo de Gerência vai ser incorporado no orçamento e como viram ainda é bastante dinheiro e isso é bom sinal.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, deixe-me que lhe diga que o tempo que o Senhor tira ao Concelho para estar na Vice-Presidência da CIM é um tempo que tem de certeza muitas contrapartidas positivas para o Concelho.

Portanto, não lamente essa circunstância porque nós estamos felizes e sabemos que o Senhor acede a informação privilegiada e projeta o Concelho. O mérito é seu mas, em primeiro lugar, as contrapartidas são para nós.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, como apoio à aquisição do terreno destinado às obras de ampliação do cemitério da localidade de Lagos da Beira, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos cemitérios é norma da Câmara Municipal que as Juntas de Freguesias ficam com as receitas e a Câmara fica com a despesa quando há obras de ampliação. Este princípio é igual para todas as Juntas de Freguesia.

Este negócio de aquisição do terreno para ampliação do cemitério já vinha do anterior Executivo da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa e agora este novo Executivo mantém esse negócio porque tem a necessidade de ampliar o cemitério e por isso irá comprar o terreno por dez mil euros.

Como já disse, no que se refere aos cemitérios, o princípio é igual para todas as Freguesias. É a Câmara Municipal que suporta estes custos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, como apoio à aquisição do terreno destinado às obras de ampliação do cemitério da localidade de Lagos da Beira, no montante de 10.000,00 € (dez mil euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio às obras de construção da Casa Mortuária das Seixas e respetivo acompanhamento técnico, no montante de 26.473,50 € (vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos), valor correspondente a 50% do valor total da adjudicação (52.947,00 €), a libertar de acordo com a evolução dos trabalhos e respetivos autos de medição elaborados pelos serviços técnicos do Município.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente às Capelas Mortuária a Câmara Municipal tem como princípio atribuir um subsídio até ao limite de 50 %, para um valor não superior a sessenta mil euros, como forma de apoiar e colaborar com as Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal irá agora apoiar a construção desta Casa Mortuária das Seixas e depois irá ser construída uma Capela Mortuária na Chamusca da Beira e em Avô.

Também irá ser construída uma Capela Mortuária em Vila Pouca da Beira se a verba for diminuída. A Junta quer adjudicar uma obra com um valor superior mas a Câmara Municipal tem regras claras e só participa obras até ao limite de sessenta mil euros.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Enquanto Presidente da Freguesia de Seixo da Beira congratulo-me com a construção da Casa Mortuária das Seixas, obra há muito desejada e reivindicada por aquela população.

A construção de uma Casa Mortuária nem sempre reúne consensos. No entanto, na impossibilidade de utilização de um outro edifício religioso é de extrema importância que cada comunidade possa velar e homenagear os seus mortos com a dignidade que lhes é merecida, pelo que esta obra, para a comunidade das Seixas, à semelhança de tantas outras é uma batalha ganha.

Convicta da aprovação deste subsídio, sem o qual seria impossível concretizar esta obra, em nome da Freguesia de Seixo da Beira e particularmente em nome da população das Seixas, muito obrigada!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio às obras de construção da Casa Mortuária das Seixas e respetivo acompanhamento técnico, no montante de 26.473,50 € (vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos), valor correspondente a 50% do valor total da adjudicação (52.947,00 €), a libertar de acordo com a evolução dos trabalhos e respetivos autos de medição elaborados pelos serviços técnicos do Município, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o Ano 2018 - Aplicação do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje o que vos trago aqui neste Ponto IV é uma contratação de grande responsabilidade. Os trabalhadores considerados precários vão ser admitidos na Câmara Municipal em termos definitivos.

Eu diria que esta é uma lei que permite isso, é uma lei deste Governo que permite regularizar a situação laboral a cinquenta e seis trabalhadores precários.

Entradas novas são dezasseis e todas as outras já estão a ser despesas do Município. A Câmara Municipal também acolhe pessoas com deficiência e que não têm nenhuma oportunidade nas empresas privadas. Mas essa também é a nossa função e por isso vamos admitir quatro pessoas com essas características.

Estas dezasseis pessoas já cá trabalharam ao abrigo dos programas do IEFP, todas elas já têm uma ligação à Câmara Municipal e por isso é que podem ser contratados como precários.

A integração destes trabalhadores precários é fundamental para a reorganização da Câmara Municipal. Por exemplo, hoje na área do Ambiente e da Proteção Civil precisamos de pensar novas equipas e novas estruturas.

Estas admissões terão um custo anual de cerca de duzentos e cinquenta mil euros e garanto-vos que todas as pessoas que estão aqui são necessárias à estrutura.

A Câmara Municipal irá abrir os concursos e a lei obriga-nos a convocar todas as pessoas que já cá estiveram a desempenhar essas funções.

Esta Regularização dos Vínculos Precários vai criar estabilidade. A Câmara Municipal valeu-se também muito destes trabalhadores do IEFP mas agora também chegou a hora de darmos oportunidade a essas pessoas. Nomearei os Encarregados dos Serviços da Câmara Municipal para fazerem parte do júri dos concursos porque estas pessoas já trabalharam com eles.

Digo ainda o seguinte: Derivado à complexidade deste processo este Ponto IV tem que ser aprovado hoje porque os concursos têm que ser abertos até ao final de maio. Este processo tem uma complexidade enorme em termos de legislação e interpretação.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Bem, chegou a hora porque o Governo também tomou uma opção política. A verdade é que satisfazer necessidades permanentes com pessoas em situação de precariedade é absolutamente inadequado e injusto.

Portanto, este Decreto é uma clara opção política que depois permite em cascata resolver os assuntos.

Ora bem, dito isto está aberto o período de intervenções, mas entretanto iremos fazer uma interrupção de dez minutos para que possam analisar a documentação tendo em conta que ela só foi entregue no decorrer desta Assembleia.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais pedir desculpa pelo meu atraso mas devido a uma questão profissional não me foi possível estar a horas e por isso não intervim no Período de Antes da Ordem do Dia.

Relativamente a este Ponto IV devo dizer que hoje sinto-me feliz por ser um eleito municipal, independentemente do Partido que seja. Sinto-me feliz

porque entendo que esta proposta que é aqui apresentada e que resulta, tal qual a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu há pouco, de estratégias do Governo no sentido de resolver a questão da precariedade, nomeadamente no sector local.

Sinto-me feliz porque ao podemos aprovar esta proposta do Executivo Municipal é, efectivamente, fazer justiça a todos aqueles que durante um larguíssimo período de tempo deram o seu melhor em prol das instituições na qual estiveram integrados, fossem elas a Câmara Municipal, Empresas, Associações, ou outras entidades participadas pela Câmara Municipal, e que trabalharam exercendo funções tal qual como qualquer outro funcionário público local, e que hoje, após a aprovação, como acredito que vai acontecer, desta proposta verão os seus vínculos laborais devidamente formalizado e verão a sua vida profissional e familiar devidamente estabilizada. Portanto, é com regozijo que vejo que estas pessoas recebam aquilo que efectivamente é seu por direito.

Hoje, mais uma vez o digo, estou feliz por ser um eleito local e por representar aqui alguns daqueles que vão ver futuramente a sua situação profissional resolvida.

Peço a V. Exa. que me permita, uma vez que já me foi dito que o meu nome foi aqui citado na minha ausência, como tendo estado presente numa reunião, com um anterior Membro desta Assembleia do partido que eu à data representava, mas quero referir que não estive presente em nenhuma reunião relativa com à questão da saúde e nomeadamente à situação da saída das urgências para Arganil. Gosto de assumir a paternidade dos meus filhos. Com toda a franqueza, filhos dos outros, assumam-nos quem os fez.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“A uma função permanente, corresponder um vínculo definitivo, é da mais elementar justiça.

O que estamos aqui, hoje, a discutir na realidade é uma decisão que tem uma grande dimensão política e que se fundamenta na legalização do trabalho.

De facto têm que ser as instituições públicas a dar o exemplo. Se existe uma função permanente deve haver um vínculo definitivo. Não só ganha a pessoa que tem o vínculo definitivo como também ganha a estrutura porque fica muito mais eficiente pelo facto do trabalhador ter outro amor à camisola.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta referente ao Ponto IV decorre daquilo que está na Lei.

Portanto, esperamos que tenham sido devidamente acautelados todos os funcionários e o nosso voto será a favor.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Temos aqui ouvido várias intervenções sobre a formação ideológica, sobre a social-democracia, sobre o combate das assimetrias, e esta é verdadeiramente uma proposta extraordinariamente corajosa e justa.

Corajosa porque, como muito bem disse o Deputado João Esteves, revela rigor orçamental e capacidade financeira do Município.

Justa porque traz dignidade à vida das pessoas.

É, de facto, um investimento no Município porque vamos trazer novos recursos, pessoas mais qualificadas e vai-nos permitir modernizar os nossos quadros.

Dar dignidade e estabilidade profissional a estes cidadãos é da mais elementar justiça porque lhes permite uma vida melhor e uma vida mais estável.

Estou certo que constituirá também uma alavanca para a própria economia do Concelho. Ou seja, serão cidadãos que tendo uma vida mais estável poderão investir no Concelho, poderão criar melhor os seus filhos e, portanto, estaremos de facto a cumprir o desígnio com que nos comprometemos que é desenvolver Oliveira do Hospital.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta da Câmara Municipal referente ao Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários serve para dar cumprimento ao estipulado na Lei.

É certo que esta Lei foi feita por um Governo Socialista e vai atacar um problema grave na nossa sociedade que é a precariedade e, por isso, esta Lei foi criar futuro às pessoas, foi criar família às pessoas, foi criar estabilidade às pessoas, foi fazer com que as pessoas em termos de futuro saibam qual é a sua vida, onde é que estão, onde é que podem constituir família e para onde é que vão.

Nós vivemos tempos muito complicados durante os anos anteriores. Vivemos em total instabilidade sem sabermos onde é que poderíamos criar família e sem saber como ia ser o nosso futuro e, por isso, esta proposta para integrar os precários é excelente.

Dizer, também, que, está no seguimento das medidas que o Governo Socialista tem feito, aumentar o salário mínimo, fazer a reposição dos salários e a reposição do poder de compra.

Por isso, Sr. Presidente da Câmara, os meus parabéns pela aplicação do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários e por integrar um conjunto de precários no Município de Oliveira do Hospital.

Com a certeza de que, esta medida vai engrandecer o Município para dar resposta a todas as solicitações e vai fazer subir ainda mais Oliveira do Hospital e criar futuro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Já muitas coisas foram ditas acerca desta situação. De qualquer forma, é bom que lembremos que esta proposta é de toda a justiça. Esta proposta do Executivo Municipal é para resolver a precariedade destas pessoas que estão nos diferentes lugares da administração local. Como já disse o Sr. Presidente, estas pessoas são necessárias nas várias vertentes para que os serviços funcionem cada vez melhor.

Também era bom recordarmos aqui, porque não devemos ter a memória curta, que com a crise que foi instalada no nosso País e com o “garrote” que foi colocado na altura pelo anterior Governo aos Municípios no sentido de praticamente congelarem o acesso a novas contratações e obviamente que os Municípios tiveram que se servir de alguns meios para continuar a dar resposta aos seus serviços.

Isto é uma forma de resolver a capacidade de resposta dos serviços da Câmara Municipal mas também para resolver a expectativa das pessoas em ter um trabalho estável para poderem projectar melhor as suas vidas.

Muito sinceramente, depois de todos os dramas da época da crise, depois de tantas angústias que muita gente passou em termos do trabalho, é com grande regozijo que vejo um Governo que é do meu partido, um Governo do Partido Socialista, apoiado pelos partidos da dita geringonça, é com uma grande satisfação que vejo a tomada desta medida, a saída desta Lei, que permite aos

Municípios poder resolver o problema destas pessoas para que haja efectivamente estabilidade não só da entidade como também das próprias pessoas.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminadas as intervenções neste Ponto IV, eu não resisto, porque este é um tema que me é muito caro. É muito caro porque eu sou funcionária pública desde 1976.

Ao longo da minha vida profissional passei por muitas situações porque trabalhava numa área nova onde não havia recursos, e esse é um dos grandes problemas do nosso País.

Com a adesão à União Europeia fomos tendo áreas da governação que não podiam ser asseguradas pelos funcionários que estavam contratados, e havia áreas que iam diminuindo, como era a área da agricultura, mas as pessoas não eram sempre reconvertíveis. Portanto, os Serviços da Administração Central e as Autarquias viveram sempre em dificuldade. É verdade que houve sempre uma orientação de contenção na contratação de recursos e viveram-se sempre situações de alguma tensão. Os dirigentes não tinham muita alternativa, se não socorrerem-se de pessoas em situação de precariedade. Obviamente que isso é injusto e, como aqui já foi referido, não cria as melhores condições de funcionamento às estruturas.

Quero dizer-vos o seguinte: Sou oriunda, como toda a gente sabe, de uma família de empresários. Eu já disse isto muita vez, eu não tenho complexos nenhuns em dizer que eu sou oriunda do universo empresarial mas, na verdade, estou convicta que os Países desenvolvidos têm de ter Estados fortes e bem preparados, com pessoas qualificadas, com pessoas responsáveis e tem que haver esquemas de avaliação e de exigência, não pode haver facilitismos, as pessoas têm de ser eficientes e capacitadas.

Agora, não tenhamos ilusões, os Países desenvolvidos têm Estados que são garante, que são fiel de balança, que assumem as funções fundamentais.

Portanto, quando vejo sinais ou políticas no sentido de diminuir o Estado fico sempre preocupada.

Mais uma vez quero aqui deixar claro o seguinte: Parece-me que é um sinal político importante que muitas das necessidades que foram sendo asseguradas com pessoas em situação de precariedade agora possam ser

regularizadas. Eu não conheço o Decreto na totalidade mas foram definidos critérios. E tem que haver critérios, naturalmente!

Depois há gente que fica defraudada, as pessoas legitimamente têm expectativas, depois estas coisas não são absolutamente justas, mas têm que se estabelecer fronteiras. Isto é assim mesmo.

Esta não é a primeira vez, nas últimas décadas, em que houve regularização de situações de precariedade. A primeira que eu apanhei foi em 1984.

Dito isto, o que quero aqui também salienta é o seguinte: Registei, das palavras do Sr. Presidente, que este instrumento legislativo, de certa forma, também dá aqui no nosso Concelho oportunidade inclusivamente a que algumas pessoas com problemas de deficiência também sejam integradas, o que é um exemplo notável. É um exemplo notável também para os nossos empresários porque, como vocês sabem, os empresários se integrarem pessoas com deficiência também têm alguns incentivos e bonificações.

Acho que fica bem à Câmara que dê esse sinal, queria também ressaltar isso.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o Ano 2018 - Aplicação do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, que foi aprovado por maioria, com duas abstenções.

De seguida foram apresentados e discutidos em conjunto os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2017.

Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2017.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou apresentar estes Pontos de forma muito simples e vou utilizar uns quadros de fácil leitura para percebermos e para fazermos algumas comparações.

Se compararmos a receita de 2016 com a receita de 2017 vemos claramente que houve um aumento da receita e, de igual forma, se compararmos a despesa de 2016 com a despesa de 2017 também verificamos que houve um aumento da despesa.

No exercício do ano económico de 2017 podemos verificar os valores das receitas correntes e das receitas de capital, com um valor total superior a dezassete milhões de euros e também verificar os valores das despesas correntes e das despesas de capital, com um valor total superior a quinze milhões de euros.

Em termos globais as receitas de 2017 correspondem ao melhor registo de sempre, tendo ultrapassado o ano de 2011 em que tinha já sido obtido um valor global superior a dezassete milhões de euros.

No ano de 2017 as receitas de capital têm um valor de cerca de dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil euros e as despesas de capital têm um valor de cerca de cinco milhões, cento e dois mil euros. Houve verbas das receitas correntes que foram transformadas para as despesas de capital.

Se analisarmos a despesa com o pessoal podemos verificar que em 2017 temos um valor de cerca de três milhões e oitocentos mil euros e em 2016 temos um valor de cerca de três milhões e seiscentos mil euros ou seja houve um aumento de cerca de duzentos mil euros.

Dizer ainda que no ano de 2010 a despesa com o pessoal foi superior a quatro milhões e trezentos mil euros o que quer dizer que baixamos as despesas com o pessoal. No próximo ano, e com estas novas contratações, as despesas de pessoal ultrapassarão os quatro milhões de euros.

Na aquisição de bens e serviços e nas transferências correntes podemos verificar que os valores de 2016 e 2017 são mais ou menos iguais e que as despesas estão niveladas.

Nas despesas de capital nomeadamente na aquisição de bens de capital relativamente ao ano de 2016 temos aqui uma diferença. No ano de 2017 temos um valor de cerca de três milhões e seiscentos mil euros e no anos de 2016 temos um valor de cerca de um milhão e duzentos mil euros.

As transferências de capital estão relacionadas com as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia. No ano de 2016 temos um valor superior a um milhão e

trezentos mil euros e em 2017 o valor é de cerca de um milhão e cinquenta e três mil euros.

Podemos chegar à conclusão do seguinte: O princípio que tem sido adotado na gestão do Município é não gastar mais do que aquilo que temos. Esta tem sido a nossa política.

Há um aumento da receita porque o ano de 2017 já reflete o valor de muitas obras que foram participadas.

Na evolução da dívida podemos verificar que em 2010 o valor era cerca de seis milhões de euros. Verificamos ainda que em 2016 o valor da dívida era cerca de três milhões de euros e em 2017 o valor é de quatro milhões de euros.

As dívidas de curto prazo são valores relativamente baixos.

A Câmara Municipal tem uma situação financeira estável. O prazo médio de pagamento aos nossos fornecedores é de cerca de quinze dias.

As contas valem o que valem e refletem opções políticas. A situação financeira do Município tem sido uma das nossas preocupações.

O que quero salientar é que estas contas refletem um grande equilíbrio entre a receita e a despesa.

Após os incêndios de outubro foi possível dar muitas respostas devido à nossa capacidade financeira. A despesa realizada por causa dos incêndios é de quase um milhão de euros. Com estas condicionantes todas temos conseguido manter a estabilidade financeira.

Quero ainda dizer-vos que a Câmara Municipal acaba de assinar um contrato de cem mil euros para efetuarmos a desmaterialização e modernização dos Serviços. Acredito que quando chegarmos ao final do mandato a organização interna da Câmara Municipal não parecerá a mesma.

A Câmara Municipal de hoje não é a Câmara Municipal de há vinte anos, e também não é a Câmara Municipal de há nove anos, quando eu entrei na Câmara, e as contas também refletem isso. Hoje, os desafios na área florestal têm uma grande importância estratégica e por isso já não são iguais aos da época em que eu aqui cheguei. A Câmara Municipal foi obrigada a pensar de outra maneira.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Ficar-me-ia mal, até porque não tenho formação na área, vir falar sobre as contas.

Percebi, pela leitura que fiz nos documentos, e nomeadamente ao nível da receita, que em termos de contas é o maior ano de sempre.

Acho que é importante que se faça uma leitura política e não uma leitura técnica. A leitura técnica está explicada nos documentos de suporte destes Pontos.

Do meu ponto de vista o importante é fazer uma leitura política e essa leitura política é muito simples e rápida: Primeiro, entendo claramente que estas contas reflectem aquilo que desde há vários anos este Executivo nos habituou e que é: Seriedade; Rigor; Sustentabilidade.

São três palavras que surgem depois de analisar “pela rama” estes documentos.

O importante de termos a maior receita de sempre, obviamente, que é relativa. O Sr. Presidente há pouco relativizou, e bem, e disse: As contas valem o que valem.

Há uma coisa que estas contas valem. Valem, para cada um de nós enquanto Deputados Municipais, e mais uma vez digo, independentemente da cor do partido pelo qual aqui, hoje, estamos eleitos, e isto tem de ser dito.

A razão de ser deste resultado, a razão de ser destas receitas, a razão de ser de tudo o que está espelhado nestes documentos tem a ver, essencialmente, com a grande capacidade que este Executivo tem tido para fazer uma coisa que outros não têm sido capazes de fazer e que é captar fundos, nomeadamente os Fundos Comunitários e as receitas necessárias para a execução das obras que são fundamentais e que nós, enquanto cidadãos de Oliveira do Hospital, merecemos e necessitamos. Leia-se o documento e veja-se isso!

Dizer claramente que quanto à opção política que está aqui espelhada, como esteve também espelhada no Orçamentos e nas Grandes Opções do Plano do ano de 2018 que votámos em dezembro de 2017, que se nota aqui as preocupações que são fundamentais e que ninguém pode negar:

Grandes preocupações, do ponto de vista Social;

Grandes preocupações, ao nível da Saúde, que depois são transformadas em obra, como aqui já foi dito, nomeadamente a questão da Extensão de Saúde de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira;

Grandes preocupações, ao nível da Educação, que se reflectem obviamente num grande investimento do ponto de vista não apenas das infraestruturas mas também naquilo que de melhor a educação tem, que são os alunos. O Apoio que é dado aos alunos está reflectido e é uma opção clara, é uma opção política deste Executivo Camarário e está aqui reflectido;

Mas também o apoio às empresas, o apoio à Cultura e ao Desporto, o apoio ao Saneamento básico, o apoio à reabilitação urbana, o apoio às vias de comunicação, o apoio à Protecção Civil.

Tudo isto está espelhado nestas contas. Tudo isto estava já espelhado também num outro documento, que não tendo relação com este porque é uma previsão para o ano de 2018, foi votado por nós em dezembro de 2017, numa das últimas Assembleias Municipais.

Claramente dizer que estas contas são as contas de quem se preocupa e são as contas de quem quer fazer mais e melhor pelo Concelho.

Obviamente que votarei a favor.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Após análise aos documentos enviados, para apreciação e votação das contas do ano de 2017, quero fazer as seguintes apreciações:

Na apreciação global, nota-se que existe um grande equilíbrio financeiro na autarquia, quer no que se refere à receita e à despesa. Nota-se que a autarquia tem umas contas saudáveis, o que é bom para o investimento a fazer no futuro, dando-lhe uma grande margem de manobra para o futuro que se avizinha.

No entanto, queria referir algumas situações, para o qual gostaria de ser esclarecido:

Na demonstração de resultados, verifica-se o aumento da receita no exercício de 2017, relativamente ao anterior (2016), no montante de 215.590,60 €, mas no relatório da gestão do exercício económico refere um aumento de 2.154.952,58 €. Como é que chegou a esta conclusão?

Refere ainda o relatório, que no exercício de 2017, a taxa de realização dos documentos previsionais, como por exemplo as GOP, é de 68,26 %.

Acontece que ao analisar o doc. nº 3 - plano plurianual de investimentos, verifica-se que os objectivos de 1 a 17, quanto ao financiamento definido para o ano de 2017 de 19.754.588,00 € e o executado nesse ano de 7.405.222,18 €, teve um grau de execução de 37,49 %. Como é que há esta divergência?

Quero ainda referir que em termos contabilísticos, o exercício de 2017, teve um prejuízo de 163.325,35 €, ou seja, a diferença entre o resultado transitado de 2016 de 349.020,21 € e o transitado em 2017 de 185.694,86 €.

Claro que para este caso, não tem qualquer relevância, já que o que conta, na prestação de contas é o transitado, que é positivo.

Nesta minha apreciação, tive só em conta o exercício de 2017, não os indicadores plurianuais de investimentos.

Relativamente ao relatório de gestão, contempla os dados respeitante à evolução orçamental dos anos de 1997 a 2017, o que contribui para uma melhor identificação, quer das receitas, quer das despesas e a sua evolução ao longo destes exercícios.

É um trabalho que nos dá indicadores da situação financeira do município, o que de alguma maneira nos dá uma garantia de que existe uma gestão cuidadosa. No entanto, quero salientar o fraco grau de execução nas GOP's, o que nos leva a crer que esta execução se deveu somente ao empolamento do orçamento para o ano de 2017, o que me leva a abster na referida votação.

Relativamente ao Ponto VI, e quanto aos saldos transitados e à sua aplicação, concordo plenamente porque isso decorre precisamente da Lei. Neste Ponto VI o meu voto é favorável.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Na análise feita ao Orçamento de 2017 trago aqui um conjunto de notas para realçar este Orçamento da Câmara Municipal.

Sabemos todos que a Câmara Municipal não segue os mesmos objectivos de uma empresa para dar lucros de milhões mas segue os objectivos de uma entidade de cariz social, voltada para as populações, e tem uma ligação muito íntima aos seus Munícipes.

A questão é que no final de 2017 houve um resultado líquido de mais de 185.694,86 € (cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro euros e oitenta e seis cêntimos).

A questão que se coloca agora é a seguinte: Como é que chegámos aqui? E porquê?

Houve aqui uma incidência política da autarquia numa perspectiva económica, social, cultural, desportiva, no empreendedorismo, no desenvolvimento e no turismo.

O ano de 2017 foi um ano condicionado por duas situações principais, como já foi referido: O incêndio de 15 e 16 de outubro, onde houve uma atuação muito forte e imediata da Câmara Municipal dando resposta à população nas várias situações de emergência porque houve uma necessidade rápida de atuar e foi implementado o Programa Renascer pela Câmara.

Nas Grandes Opções do Plano destacava a questão do desenvolvimento, da sustentabilidade e dos investimentos mais importantes.

Há aqui uma questão significativa em 2017 que é a área do saneamento com dois milhões de euros investidos.

Em matéria de investimentos integrados no PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital temos como exemplo a requalificação da Av. Dr. Carlos Campos.

No desenvolvimento e coesão territorial tivemos diversos investimentos nomeadamente em Lourosa, na Casa Amarela, na Bobadela, na Unidade de Saúde do Ervedal, etc.

Há aqui duas obras grandes que vão ter um investimento forte em 2018 que é o Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, onde já se vê o início das obras, e o Agrupamento de Escolas.

No que respeita à execução orçamental vamos ver que as receitas aumentaram e as despesas também, como já foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, e é o melhor resultado de sempre: Na venda de bens e serviços correntes aumentaram as receitas; Nas transferências do estado, pela primeira vez houve um aumento com algum significado, naturalmente insuficiente para o que se pretende, e houve também a questão dos impostos diretos e do empréstimo.

Outra questão que poderá afetar as contas de 2018 é a questão do recursos humanos. Houve aqui um ligeiro acréscimo, como já vimos no Ponto anterior.

Os Fundos Comunitários também tiveram um forte contributo, porque aumentaram 143,38 %, o que corresponde a quase quinhentos mil euros.

Os investimentos municipais também foram importantes, nomeadamente as estradas e caminhos municipais, as obras em Lourosa, na Bobadela, etc,

Onde é que houve uma taxa de execução claramente superior: Foi na cultura, com mais 15,37 %; No desporto, com 46 %; Na juventude e tempos livres; Na saúde; Na habitação e urbanismo; No saneamento e salubridade

Quanto às taxas de execução, o nosso colega Deputado João Esteves referiu que tivemos uma taxa de execução relativamente baixa mas, nos documentos que eu analisei, eu acho que valor das taxas de execução é claramente bom.

Em termos globais é de referir que na receita nomeadamente nas taxas e multas houve um decréscimo mas claramente compensado pelos valores de bens e serviços.

As receitas de capital também cresceram significativamente, tiveram um acréscimo de 123 %.

Do Orçamento do Estado foram transferidos, em números redondos, mais de duzentos e três mil euros.

No global a prestação de contas têm um acréscimo de 2,5 %. Temos também um acréscimo nas previsões, que também é positivo, de 6,92 %.

O que é importante realçar é que tivemos um resultado positivo, embora haja as adversidades que vivemos, de 185.694,86 € (cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro euros e oitenta e seis cêntimos).

Por este resultado que é positivo, num ano atípico, é de louvar a excelência da demonstração de resultados e os resultados que a Câmara nos apresenta e oferece, pelo que, os Deputados do Partido Socialista vão votar favoravelmente este Ponto V, referente à prestação de contas de 2017, e igualmente vão votar favoravelmente no Ponto VI, referente à proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2017.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não consegui perceber algumas das perguntas do Deputado João Esteves nem consegui identificar os dados referidos.

Mas há uma pergunta que eu tenho de fazer: Nós vamos transitar com um saldo de gerência positivo ou com um saldo de gerência negativo?

Como podem verificar, vamos transitar com um saldo de gerência positivo e com o valor de cerca de um milhão e setecentos mil euros. Dizer ainda que o saldo de gerência faz parte da receita.

É importante referir que nós não fechámos as contas de 2017 com prejuízo porque isso só acontecia se o saldo de gerência não fosse integrado.

O saldo de gerência faz parte das receitas do anos assim como o empréstimo de um milhão de euros, que foi integrado, também fez parte da receita desse ano. Isto não tem nada para esconder.

O que me apraz registar é o seguinte: Nós percebemos que o PSD tenha dificuldade em votar as nossas contas. E também percebo que o PSD tenha que arranjar um pretexto para se abster. Isso é absolutamente normal na democracia, e não há problema nenhum!

Mas também é importante referir que foi reconhecido que há equilíbrio financeiro na autarquia. Eu agradeço esse reconhecimento e agradeço as palavras do Deputado João Esteves até porque ele conhece-me também na

minha vida pessoal e sabe que eu uso os mesmos princípios na minha vida pessoal.

Há quem tenha outra opinião e defenda que endividando a Câmara e endividando o País é uma forma de o recuperarmos, eu pessoalmente não acho.

O endividamento é necessário mas também é importante saber como é que ele se deve fazer e é importante termos a despesa controlada. Isto é um princípio nuclear.

Estas contas para o ano ainda serão melhores devido aos apoios dos Quadros Comunitários.

Nos anos em que os Quadros Comunitários param temos que reajustar as obras porque não é financeiramente comportável realizar determinadas obras sem financiamentos.

Temos muitas obras para lançar nomeadamente a obra na zona histórica e vamos contratar uma equipa que coordene só as obras da zona histórica. Nesta equipa queremos envolver arquitectos de Oliveira do Hospital. Precisamos depois de discutir o pré-projeto da Zona Histórica numa Assembleia Municipal.

Estas obras serão realizadas com dinheiro que foi conquistado com muito suor aquando da negociação do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital e na negociação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM - Região de Coimbra. Estas verbas reflectem a nossa capacidade de negociação. Hoje dificilmente se farão grandes obras sem ter financiamento.

Há ainda uma obra que eu tenho que lançar por fases. É a obra dos Estaleiros Municipais. Temos que reconhecer que os Estaleiros Municipais não têm dignidade para a cidade. A realização desta obra está pendente só por uma questão de dinheiro. A remodelação dos Estaleiros Municipais custará cerca de um milhão e meio de euros e nesta fase a verba que alocaríamos era de cerca de quinhentos mil euros para a primeira fase, no próximo ano alocaríamos outros quinhentos mil euros, e depois no ano seguinte mais quinhentos mil euros.

Dizer ainda que no âmbito da descentralização de competências, a Câmara Municipal neste momento transfere para as Juntas de Freguesia mais de um milhão de euros. Vou pagar agora no mês de maio a primeira tranche de duzentos e cinquenta mil euros para as Juntas de Freguesia. Depois, mais à frente, pagaremos outros duzentos e cinquenta mil euros.

Este é um ano difícil e todos temos que ter noção disso. Tivemos que investir dinheiro em máquinas que arderam nos incêndios de outubro e que eram fundamentais e ainda não sabemos se iremos receber esse dinheiro.

Temos que ter os pés assentes. Eu defendo o endividamento mas o endividamento com limites. Assim, tivessem feito outros Governantes em Portugal e não estaríamos a pagar o que estamos a pagar.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2017, que foi aprovado por maioria, com 6 abstenções.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2017, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021 e 1.ª Revisão ao Orçamento para o ano 2018.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto VII está relacionado com o saldo de gerência, com o valor de cerca de um milhão, setecentos e dezanove mil euros, para ser incorporado no Orçamento.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio

2018/2021 e 1.^a Revisão ao Orçamento para o ano 2018, que foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“No mês de janeiro e no mês de fevereiro tivemos muitas dificuldades com os fundos disponíveis mas agora a legislação já alterou e Oliveira do Hospital não está sujeita aos condicionalismos da legislação, derivado à sua situação financeira.

Como já disse no mês de janeiro e fevereiro tivemos muitas dificuldades para atribuir subsídios porque tínhamos fundos disponíveis sem saldo de gerência, o que não nos permitia atribuir os subsídios devido aos compromissos que tínhamos assumido com as obras.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero agradecer a todos a vossa participação. Quero salientar que independentemente de diferenças pontuais, considero que esta é uma Assembleia madura, democrática, onde, afinal de contas, nós somos todos amigos e empenhados em defender os interesses da nossa terra. Essa, é que é a verdade. Desejo, a todos, um bom fim de semana.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas e quinze minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____

